

PESQUISAR É INTERVIR

um estudo metodológico e projetual participativo para a cozinha solidária da Torre (PE)

MARIA ISABELA NEVES

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Ferreira, Maria Isabela Neves.

PESQUISAR É INTERVIR: um estudo metodológico e projetual participativo para a cozinha solidária da Torre (PE) / Maria Isabela Neves Ferreira. - Recife, 2023.

142 p. : il., tab.

Orientador(a): Bruno de Albuquerque Ferreira Lima

Coorientador(a): Izabella Galera

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Processo projetual participativo. 2. Assessoria Técnica. 3. Atuação profissional. I. Ferreira Lima, Bruno de Albuquerque . (Orientação). II. Galera, Izabella . (Coorientação). IV. Título.

720 CDD (22.ed.)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PESQUISAR É INTERVIR

um estudo metodológico e
projetual participativo para
a cozinha solidária da Torre
(PE)

2023

ESTUDANTE

Maria Isabela
Neves Ferreira

ORIENTADOR

Bruno
Ferreira Lima

COORIENTADORA

Izabella Galera

LUU

~

NIÃO

CR

FAZ

AN

AR

/

É

Para o Movimento
dos Trabalhadores
e Trabalhadoras
Sem Teto (PE)

M

E

É importante viver a experiência da nossa
própria circulação pelo mundo,
não como uma metáfora, mas como fricção,
poder contar uns com os outros.

Ailton Krenak



Figura 01: Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre.
Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



• Marina Mergulhão • Lucas Izidorio • Pedro Britto • Melina Motta • Amanda Alves • Laryssa Araujo • Bruno Galvão • Lahys Barros • Eduarda Rocha • Gabrielle Gomes • Carolina Glasner • Tainã Pimental • Salomé Pitta • Júlia Lumack • Juliana Hermsdorf • Vitor Araripe • Gustavo Tenório • Isis Thayzi • Edilene Correia • Danielly Abravanel • Seu Amaro • Dilly Duarte • Gaby Guerra • Elizangela Silva • Priscilla Esther • Igor Miranda • Alessandra Soares • Luísa Victor • André Moraes • Carol Mapurunga • Aline Rios • Bruno Lima • Izabella Galera • Renato Aquiles • Mateus Leandro • Mariana Ferreira • Julia Alencar • Rita de Cássia • Sônia Neves • Josembergue Ferreira • Pedro Neves • João Neves • Rafaella Ferreira • Davi Ferreira • Zélia Ferreira • Hélder Neves • Lizete Neves • José Neves • Fernanda Neves • Telma Neves • Fernando Neves • Maria do Monte • Lara Almeida • Julia Assunção • Luana Pontes • Isabela Eduarda • Julia De La Vega • Rafaella Almeida • Camila Martinelli • Clarice Luna • Monique Malaquias • Mariana Cavalcanti • Emerson Dias • Leslie Arango • Lorenzo Donato • Daniel Arruda •

MEU MUITO OBRIGADA

AGRADECIMENTOS

— Agradecimentos

VIVA TODOS OS ENCONTROS

Ao massapê, por ser início, meio e base de tudo isso.

Ao MTST, em especial a Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, por ter ensinado que a luta só é vencida se desistirmos dela.

À Branca, Coordenadora da Cozinha Solidária da Torre (PE), e às cozinheiras, por todos os almoços de trocas e afetos.

À Lila Coletiva, por mostrar a força da aleatoriedade e da brincadeira.

VIVA A UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Ao meu Orientador, por tanta confiança.

À minha Coorientadora, por ser inspiração.

Aos meus amigos, amigas e amigues da universidade, por ter tornado essa jornada mais leve.

VIVA TODA A FAMÍLIA

Aos meus pais, por terem ensinado a fazer escolhas que esquentam meu coração.

Aos meus irmãos e minha irmã, que me impulsionaram a ser uma pessoa coletiva.

VIVA OS AMIGOS E AMIGAS

Às minhas amigas e amigos da vida, por todo acolhimento e risadas.

RESUMO

Essa é uma história coletiva, uma narrativa que atravessa o tempo e o espaço, conectando gerações, sonhos e lutas. É um convite à ação, à inquietação, à mudança e ao sonho.

Baseada na premissa de que a pesquisa pode ser uma ferramenta para promover a mudança social, aprimorar a prática profissional e produzir conhecimento científico, esse trabalho, contado por mim, parte de uma demanda concreta que envolve ações contínuas, reflexões e adaptações constantes. Seu objetivo reside na prática e no relato do processo projetual participativo desenvolvido para a Cozinha Solidária da Torre, localizada na cidade do Recife (PE). Utilizando a metodologia da pesquisa-ação como ferramenta, o estudo se apresenta como uma abordagem participativa e intervencionista in loco, que não apenas busca compreender o contexto, mas também atua ativamente no mesmo.

Palavras chaves: Processo projetual participativo; Assessoria Técnica; Atuação profissional.

This is a collective story. A narrative that flows through time and space, connecting generations, dreams and social struggles. It is calling upon us to action, to restlessness, to change and to dream.

Based on the premise that scientific research can be a tool in promoting social change, improving professional practice and producing scientific knowledge, this work, as I said, is part of a concrete demand that involves continuous actions, reflections and adaptations. The aim of this study is the practice and the reporting of the architectural project's participatory process developed for the Cozinha Solidária da Torre, located in Recife, state of Pernambuco. Using action research methodology as a tool, the study presents itself as an in situ participatory and interventionist approach, which not only seeks to understand the context, but also actively acts in it.

Keywords: architectural project; participatory process; Technical assistance; Professional performance.

De início, o **Capítulo 01: Entre a Técnica e a Prática Popular**, traça um panorama histórico da participação em projetos de arquitetura e urbanismo e seu paralelo com o surgimento da ideia da assessoria técnica. A abertura a novos temas e propósitos, como o reconhecimento dos saberes populares e a busca pelo diálogo e participação popular, caracterizaram uma geração de profissionais que redefiniram o papel da arquitetura e urbanismo na produção do espaço.

No **Capítulo 02: A Cidade Ocupada: nosso chamado é para a luta**, trago o universo do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST) e me debruço sob o papel e atuação da Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento - a assessoria técnica dentro do MTST -, revelando suas dimensões técnica, social e política. Mais do que meras técnicas e técnicos, as arquitetas e arquitetos do movimento desafiam as normas convencionais, abraçando uma prática que se propõe a reconfigurar o olhar sobre a produção do espaço.

No **Capítulo 03: Co criação em Movimento: Trilhando alternativas coletivas**, adentro nas interfaces participativas aplicadas, durante este trabalho, no processo projetual participativo da Cozinha Solidária da Torre (PE). Investigo como a assessoria técnica e a participação coletiva se entrelaçam para construir alternativas reais e alinhadas às expectativas e sonhos coletivos. Através do processo projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre e na aplicação de duas interfaces na mesma, trago a tona como os atores desse territórios e as técnicas se unem para definir as possibilidades projetuais no território da Cozinha.

Em seguida, o **Capítulo 04: Uma Proposta para Discussão**, investiga os desdobramentos da pesquisa e os próximos passos do projeto a serem implementados. Aponto para a necessidade contínua de reformular abordagens, questionar hierarquias e explorar caminhos necessários para uma atuação profissional mais colaborativa e participativa.

Nos **Capítulos finais**, elaboro as considerações finais deste estudo, trazendo os aprendizados e desdobramentos do mesmo e reafirmando meu compromisso com sua continuidade. Apresento também as referências bibliográficas, as listas de figuras, mapas, siglas e tabelas que complementam e aprofundam a compreensão do trabalho e a carta de anuência do MTST consentindo o uso de dados para fins científicos.

Há outras maneiras de vivenciar a arquitetura e o urbanismo e eu quero cultivar esse sonho!



19 POR UMA PRÁTICA INQUIETA

Introdução

25 ENTRE A TÉCNICA E A PRÁTICA POPULAR

27 Desenhando uma nebulosa de atuação,
entre 1940 e 1980

37 Entrelaces para caminhos possíveis

47 A CIDADE OCUPADA: NOSSO CHAMADO É PARA A LUTA

49 O movimento dos Trabalhadores e
Trabalhadoras Sem Teto

57 O papel técnico, social e político das
arquitetas no Setor de Arquitetura e
Planejamento do MTST (PE)



Figura 02: Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.

63 CO CRIAÇÃO EM MOVIMENTO: TRILHANDO ALTERNATIVAS COLETIVAS

67 A Cozinha Solidária da Torre

77 Processo projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre

117 Explorando dinâmicas participativas e espaciais

123 UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

125 Apontamentos para práticas alternativas

131 CONSIDERAÇÕES FINAIS

136 BIBLIOGRAFIA

138 LISTAS DE FIGURAS, MAPAS, SIGLAS E TABELAS

POR UMA PRÁTICA INQUIETA

O tema da pesquisa que deu origem a este trabalho é resultado de uma série de questionamentos sobre a prática corrente em arquitetura e urbanismo que surgiram durante a minha trajetória nos últimos anos de experimentação, dentre elas: **como se constrói uma arquiteta popular?**

A história a ser contada nas próximas páginas aborda a arquitetura e urbanismo como um processo aberto, não apenas no sentido de uma trajetória ainda em construção, mas na condição de um processo em ruptura com as convenções tradicionais que estabeleceram o ensino e a profissão como uma prática hierárquica e autoritária.

Aqui, considero como prática tradicional de arquitetura aquela que parte da perspectiva de que a pessoa especialista, neste caso, a pessoa arquiteta, domina todo o conhecimento e saber acerca do processo projetual, exercendo uma atuação vertical. Nessa abordagem, a expertise é centralizada e muitas vezes desconsidera as contribuições de

Assim, ao contrário de um especialista neutro, para esse método, precisa-se antes de um especialista cheio de inquietações, capaz de ser afetado pelo território (Guizzo, 2019).

outros atores ou saberes envolvidos no processo. Por outro lado, ao me referir aos processos e metodologias participativas e a métodos de atuação não hegemônicas - ou insurgentes e contemporâneas -, parto de um ponto de vista que inclui e valoriza, de maneira dialógica, as práticas e saberes populares na mesma medida que os conhecimentos técnicos no processo de criar e projetar.

O distanciamento de termos técnicos e a descredibilização dos saberes não-técnicos criam barreiras significativas para o acesso e troca de informações e conhecimentos. Precisamos repensar profundamente nossos métodos de exercer arquitetura. As sabedorias não podem mais ser confinadas a nichos acadêmicos, tão pouco os modelos de projeto autoritários e a preceitos científicos que os sustentam.

As bases coloniais e patriarcais nas quais foram consolidadas nossos métodos de concepção de projeto podem e devem ser desestabilizadas, questionadas, postas em cheque.¹

¹ Guizzo, 2019, p.20.

A prática da **assessoria técnica popular em movimentos sociais** muitas vezes se depara com conflitos e desafios diversos, e são diante desses contextos que, muitas vezes, tais assimetrias são amplificadas. Ao incorporar a participação ativa das pessoas que habitam o território intervindo, abre espaço para o compartilhamento e troca de conhecimento entre especialistas, comunidades e grupos socio-espaciais, bem como para algum ganho de autonomia das pessoas assessoradas ao compreender e analisar seu entorno.

A motivação subjacente a esta pesquisa reside na convicção de que o trabalho acadêmico e profissional em arquitetura deve estar enraizado em demandas reais e lidar com desafios e entraves concretos. Isso implica em uma mudança de paradigma na qual estudantes e profissionais de arquitetura não agem apenas como um especialista externo, mas se tornam parte integrante do território que projeta, dando origem a uma transformação mútua onde os diferentes podem estar lado a lado - ou na tentativa disso. É, nesse sentido, que essa pesquisa abraça a ideia de projetar com e para o território, envolvendo-se em um processo de investigação que não se limita à busca de conhecimento nem à transformação apenas do espaço físico, mas também se estende à transformação das especialistas e das pessoas envolvidas nesse processo.

A metodologia que orienta esse processo é a **pesquisa-ação** guiada pela minha experiência em campo no desenvolvimento do projeto participativo para a ocupação da Cozinha Solidária da Torre, localizada no bairro da Torre, em Recife. A partir do uso de interfaces participativas, o projeto propõe a elaboração de um desenho projetual colaborativo para o território da Cozinha.

Tive a oportunidade de fazer do **desenvolvimento do processo projetual participativo para o território da Cozinha** o cerne do meu trabalho de conclusão de curso. Dessa forma, consegui entrelaçar minhas ações acadêmicas com uma demanda real, através de uma atuação prática que será relatada nas próximas páginas.

Esta pesquisa é o resultado de uma **inquietação** pessoal amplificada, ao longo dos últimos anos, durante minha participação em processos projetuais participativos com o Coletivo Massapê, o Setor de Arquitetura e Planejamento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto e a Lila Coletiva, grupos dos quais faço parte.

É fundamental reconhecer que esta pesquisa e a abordagem aqui defendida não representam um fim em si mesmas, nem uma panaceia que resolverá todos os desafios da arquitetura e do urbanismo. Pelo contrário, elas são uma tentativa, um passo em direção a uma prática mais coletiva. A arquitetura continuará a enfrentar desafios, mas acredito que por meio de abordagens colaborativas e a incorporação dos afetos - no sentido de afetar, de nos fazer vibrar - que podemos amplificar nosso potencial e repensar constantemente nossa disciplina e atuação.

A jornada que este trabalho representa é um convite para explorar novos caminhos, desafiando as normas pré-estabelecidas e abraçando a pluralidade de perspectivas que podem enriquecer o modo de praticar arquitetura e urbanismo.

Boa leitura!

ENTRE A TÉCNICA E A PRÁTICA POPULAR

A participação nas práticas de produção do espaço urbano e da habitação no Brasil tem refletido um processo dinâmico e multifacetado que delineou a formação do campo profissional da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo e molda as abordagens contemporâneas entre os profissionais desse campo, a comunidade e a construção dos espaços. Influenciadas por figuras e grupos emblemáticos, movimentos sociais e contextos urbanos únicos, essas práticas remontam diversas experiências desde dos anos 30², em meio a diferentes contextos políticos, sociais e econômicos.

² Pulhez, Rosa, 2016.

Neste capítulo, exploraremos esse panorama histórico, destacando marcos importantes e personagens-chaves que contribuíram para a transformação das abordagens de arquitetura e urbanismo para uma prática mais participativa. Essa revisão histórica não busca uma exploração detalhada dos casos mencionados, mas sim destila dos estudos realizados os elementos considerados pertinentes para uma análise abrangente da evolução da prestação de serviços em arquitetura e urbanismo e seus desdobramentos no surgimento da ideia de assistência e assessoria técnica.

Figura 03: Cajueiro Sêco.
Fonte: Dualibi, 2013.

Figura 04: Mutirão Paulo
Freire. Fonte: Usina CTAH.





Desenhando uma nebulosa de atuação, entre 1930 - 1980³

Desde as incursões de Hassan Fathy no Egito na década de 1940 até as experiências de urbanização de favelas no Brasil dos dias atuais, uma constelação de práticas e pensadores construíram um campo de discussão e atuação em prol da democratização do acesso à cidade e à habitação digna.

O movimento participativo no Brasil encontra paralelos em experiências internacionais, como a de Hassan Fathy, que nas décadas de 1940 e 1950 propôs na cidade de Nova Gurna, no Egito, uma abordagem que resgata a tradição e os costumes da comunidade durante o desenvolvimento do projeto da nova cidade. Essa perspectiva pioneira colocava a tomada de decisões compartilhada no centro do processo, enfatizando a importância da participação das comunidades na criação do ambiente construído.

Nessa mesma década, o grupo Team X⁴ trouxe uma crítica desestabilizadora aos paradigmas modernos de arquitetura e urbanismo, argumentando que

3 A ideia de nebulosa foi inspirada no Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século xx?, 2016.

4 O TEAM X foi formado em 1954, após a dissolução do CIAM, como resposta às limitações percebidas no paradigma arquitetônico modernista predominante.

profissionais de arquitetura deveriam atuar como mediadores, envolvendo os moradores nos processos de discussão sobre a cidade e a habitação. Essa visão desafiou a concepção de profissionais de arquitetura como especialistas e introduziu a noção de adaptação dos projetos aos ambientes urbanos em que seriam implantados e a importância da compreensão das necessidades das comunidades locais, posicionando os usuários como agentes ativos no processo de produção dos espaços.

5 Renomado filósofo, sociólogo e urbanista francês (1901-1991), amplamente reconhecido por suas contribuições para a teoria crítica do espaço urbano.

Henri Lefebvre⁵ reitera os preceitos defendidos pelo Team X quando enfatiza a transcendência do espaço urbano de uma função meramente utilitarista - como abordado, em geral, pelo movimento moderno. Ele destaca a importância do acesso democrático à vida urbana e às suas vantagens, permitindo que os cidadãos participem ativamente na definição e moldagem do espaço em que vivem. Conforme o autor afirma, *“o espaço é um produto social, um ‘produto’ coletivo”*.⁶ Portanto, o urbano não é apenas um cenário físico, mas um território de encontro, expressão e ação coletiva, onde a realização plena do direito à cidade é crucial para a construção de uma sociedade participativa.

6 Lefebvre, 1991.

O movimento de transformação também foi endossado com as incursões de John Turner em favelas latino-americanas nos anos 1950-60 que levaram à avaliação de que os pobres eram capazes de fazer mais por si mesmos do que os mais ricos.⁷ Turner defendeu abordagens autogestionárias e evidenciou a força das comunidades em criar soluções para suas próprias necessidades, alinhando-se com os ideais participativos.

7 Pulhez e Rosa, 2016.

No Brasil, o processo de urbanização acelerado e a

precariedade habitacional contribuíram fortemente como motor dessas transformações. Segundo Maricato (2010), na década de 40, apenas 26,3% da população total do país residia nas grandes cidades, passando para 81,2% nos anos 2000. Milhões de novas pessoas passaram a habitar as cidades, muitas dessas, ainda despreparadas para abrigar imenso êxodo rural.

Durante a década de 1960, enquanto Brasília era celebrada, o país também enfrentava desafios urbanos. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana em 1963 destacou a crise de expansão das cidades e a carência habitacional, tornando-se um marco para discussões sobre a atuação dos profissionais da cidade e do habitat.

Ainda nessa década, o surgimento do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), no Rio de Janeiro, o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), em São Paulo, e a atuação de Acácio Gil Borsoi em Cajueiro Sêco, Recife, representam experiências pioneiras de aproximação às comunidades de baixa renda. Essas ações buscaram incentivar a autonomia dos grupos, capacitar os moradores e promover diálogo e participação nas intervenções.⁸

A década de 1960, apesar das dificuldades impostas pela ditadura militar, foi um período em que as práticas participativas ganharam força. Ainda que de forma incipiente e experimental, essas iniciativas revelam o impulso do compromisso social e da busca por processos e alternativas inclusivas. Uma das mais emblemáticas experiências que permeou essa década, e é considerada por Pulhez como um ponto de inflexão da prática participativa em projetos de arquitetura e urbanismo, foi a urbanização

⁸ *Idem.*

9 Grupo formado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Silvia Wanderley e Rogério Aroeira, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO), no Rio de Janeiro.

10 Pulhez e Rosa, 2016.

da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, com a assessoria do grupo Quadra.⁹

Em um cenário em que a remoção das favelas para a periferia urbana era regra (Britto, 2019), a resistência dos moradores de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, contra a remoção forçada e a elaboração do projeto de urbanização, em colaboração com o grupo Quadra, estabeleceu um novo parâmetro de interação entre profissionais de arquitetura e urbanistas e a comunidade atendida.¹⁰

Nessa iniciativa, a integração entre os saberes empíricos e os métodos construtivos do cotidiano com o conhecimento acadêmico dos profissionais de arquitetura do grupo tornou-se um verdadeiro processo pedagógico de transformação mútua, evidenciando a interseção dialética entre a prática popular da comunidade e o saber acadêmico do grupo Quadra.

Com o início da ditadura militar no Brasil, muitas dessas experiências foram desconsideradas e a ideia de urbanização das favelas foi enfraquecida. Esse período foi marcado por remoções forçadas e violência, contrastando com a busca anterior por participação e diálogo. O regime militar promoveu um programa de produção habitacional em massa por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), que, apesar de trazer o discurso da moradia popular, priorizou classes médias e altas em vez de atender às demandas reais da população mais necessitada.

Na década de 1970, com a criação do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP), surgiram os Programas Habitacionais Alternativos, destinados à população com renda inferior a três salários

mínimos - que não eram contempladas pelo BNH e onde, justamente, se tinha o maior déficit habitacional. Programas como o PROMORAR, PROFILURB e João de Barro, financiados por iniciativas multilaterais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) ou Banco Mundial surgiram e, diferentemente das experiências abordadas até então, possuíam um discurso mais alinhado com a tendência liberal. Partindo da “participação” como instrumento técnico para baratear o custo de construção das moradias, exploravam a mão de obra dos futuros moradores na perspectiva das práticas de autoconstrução.

Anos depois, Ermínia Maricato¹¹ cunhou essas práticas como “participativismo”, alertando que a participação pode ser cooptada por interesses políticos e econômicos dominantes, resultando em processos que não efetivamente refletem as necessidades das comunidades e que possuem práticas participativas superficiais ou instrumentalizadas. Maricato também aponta que, em algumas situações, a participação pode ser utilizada como uma forma de legitimar decisões já tomadas pelas autoridades, sem um verdadeiro compromisso com a influência das vozes populares.

Foi somente nos anos 1980, durante a abertura política gradual e o crescimento dos movimentos sociais de moradia, que as iniciativas de participação e assessoria técnica ganharam força novamente. No final dessa década, experiências inovadoras¹² surgiram em várias cidades brasileiras, como a criação de programas locais de urbanização e regularização de favelas, como o PROFAVELA em Belo Horizonte, o programa de urbanização sem remoções em Diadema, São Paulo, e o Programa

11 Arquiteta, urbanista, professora e pesquisadora conhecida por seu trabalho no campo do urbanismo e na luta pela reforma urbana no Brasil. Participou ativamente da criação do ministério das cidades.

12 Ronconi (1995) lista cerca de 20 assessorias técnicas em arquitetura surgidas durante esse período em São Paulo. Entre elas: Usina CTAH (déc. 90), Ambiente (dec. de 90) e Peabiru (1993).

de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) no Recife.

Nesse contexto, o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes em São Paulo e a experiência de reurbanização da Vila Nova Cachoeirinha tornaram-se referências importantes na aproximação entre profissionais de arquitetura e urbanismo e movimentos de moradia. O LAB-HAB, fundado em 1982, promoveu o trabalho colaborativo entre estudantes, professores e moradores de favelas, buscando interferir na política habitacional da cidade. A experiência em Vila Nova Cachoeirinha, segundo Baravelli, pode ser considerada uma das fundantes da história do assessoramento técnico aos movimentos de moradia por autogestão (Baravelli, 2006 apud Pulhez, 2016). Inspirada nas Cooperativas de Viviendas Uruguayas, modelo difundido empenhadamente pelo engenheiro Guilherme Coelho, através da exibição do filme super-8 aos movimentos de luta por moradia, engajou uma construção paulatina de ideal de autogestão, com práticas participativas e de colaboração, na produção habitacional.

As chamadas “décadas perdidas” foram um tempo em que sonhar não era proibido e, por isso, apareceram propostas avançadas, que, embora pudessem parecer impossíveis de se concretizar naquele momento, lançaram sementes que depois vieram a florescer e gerar grandes resultados em diferentes políticas públicas. Foi um tempo de utopia, quando se formou a base do regime democrático, que caracteriza o Brasil contemporâneo, construído de forma gradual e através da negociação política.¹³

O debate e experiências que permeavam a atuação em arquitetura e urbanismo durante essas décadas se embrenharam no interior da universidade, integrando ensino, pesquisa e prática profissional junto às lutas dos movimentos sociais. Em 1984, é realizado, pela Universidade de Brasília (UnB), o I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, onde são compartilhadas propostas e experiências de urbanização de favelas, em Brasília. No Rio de Janeiro, é desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU - UFF)¹⁴, o projeto de urbanização da Favela do Gato, em uma articulação entre a academia e demandas populares. Essas iniciativas de aproximação entre profissionais de arquitetura, estudantes e o povo caminhava na busca por uma “*cultura arquitetônica comum*”¹⁵ que, por vezes, revelava o descompasso entre o conhecimento técnico e popular - e que se encontra até os dias atuais.

O acúmulo dessas experiências emergentes, de práticas locais a nacionais e do emaranhado de laboratórios acadêmicos, programas vinculados a políticas públicas e grupos autônomos, desenhou o modelo das assessorias técnicas que nos anos seguintes desdobraram-se no que Santo Amore (2004) designa de “*fase heróica*” com a introdução, pela gestão de Luiza Erundina, em São Paulo, de uma concepção de gestão pública que considerava todos os aprendizados trilhados até então.

Um momento em que o “saber técnico” tornou possível algumas conquistas que eram reivindicadas por movimentos sociais e traziam consigo a promessa e o potencial de criar novos modos de vida e formas de gestão do coletivo num contexto do capitalismo.¹⁶

14 Programa interdisciplinar de extensão, criado em 1982 na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, que assessora organizações locais para facilitar o envolvimento e a participação das pessoas afetadas na análise da situação e na busca de soluções.

15 Arantes, 2002, p.180 apud Chimbo e Garcia, 2023

16 Santo Amore, 2018, p.5.

O forte apoio popular, a colaboração com movimentos sociais, bem como a organização desses movimentos em torno do conceito de autogestão, aliados à assessoria técnica de arquitetura e outros profissionais em um ambiente de abertura política, estabeleceu as bases para um novo programa habitacional: o FUNAPS, que destinou recursos para o Programa de Provisão de Moradia por Mutirões.

Enfim, é criada uma ampla série de canais de participação que ajudam de maneira concreta o desenvolvimento do projeto da construção e certamente das pessoas que participam do processo, seja qual for seu papel nesse cenário. Esse desenvolvimento certamente está diferenciado de pessoas para pessoas, mas a oportunidade está disponível de diversas formas. Ou seja, há um radical transformação dessas organizações em relação à ideia de um mutirão sem instrumentos de gestão com apropriação apenas de mão de obra gratuita e há também uma distância muito grande em relação à organização dos canteiros convencionais da produção formal da construção civil, onde o executor das tarefas, na maioria das vezes, não consegue sequer visualizar o produto final que está desenvolvendo.¹⁷

¹⁷ Ronconi, 1995, p. 102 apud Borel, 2020, p.88.

Foi, nesse momento, que se viu um terreno fértil para o surgimento das assessorias técnicas junto aos movimentos sociais, com meios que permitissem *“aos usuários a interferência na formulação de programas em toda as etapas dos empreendimentos, bem como viabilizar condições para que pudessem lutar por seus direitos”*¹⁸

¹⁸ Bonduki, 1993 apud Phullez e Rosa, 2016.

Nesse contexto, o papel da pessoa arquiteta e urbanismo se estende para além do projeto físico. Ele se torna um facilitador do diálogo entre diferentes saberes, um mediador de processos democráticos de decisão. Os profissionais de arquitetura, então, desempenham um papel de agente engajado na luta urbana, atuando como um produtor de conhecimento que interage de maneira direta com as necessidades das comunidades.

Nas palavras de Ferro (2017)¹⁹, *“um arquiteto não é uma autoridade, não é um diretor, ele não é nada. Ele é apenas um dos participantes da coisa toda”*. A luz desse entendimento, a pessoa arquiteta adota um papel de facilitador e mediador em meio a um diálogo genuíno, uma troca de conhecimentos, onde as vozes da comunidade têm peso igual. E, a assessoria técnica, por sua vez, não é uma ação isolada, mas uma prática contínua de acompanhamento e aprendizado mútuo na luta comum.

É necessário aprender que o que meus companheiros estão fazendo é mil vezes mais valioso, como luta política, do que qualquer obra de arquitetura que eu possa produzir.²⁰

A interação entre a pessoa arquiteta, urbanistas e as comunidades de baixa renda impulsionou uma mudança de postura profissional dando luz ao que denominamos hoje de assessoria técnica. As décadas de 1940 a 1980 formaram uma geração de profissionais que adotaram novos temas e propósitos, buscando soluções inclusivas e participativas para os desafios urbanos.

¹⁹ Integrante do Grupo Arquitetura Nova, o qual foi responsável pela elaboração de uma crítica, segundo a perspectiva do marxismo, acerca da atuação da pessoa arquiteta e da produção arquitetônica instituída no Brasil.

²⁰ Ferro, 1990.



Figura 05: Pintura da Cozinha Solidária da Torre (PE). Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



Entrelaces para caminhos possíveis

No cenário urbano complexo e em constante transformação, as experiências das assessorias técnicas emergem como uma resposta crítica às lacunas das políticas habitacionais e de urbanização de favelas. Enquanto o reconhecimento internacional consolidou o êxito das práticas locais de construção em regime de mutirão e urbanização de favelas, a ausência de políticas abrangentes em nível nacional levanta questionamentos profundos. É inegável que o avanço do projeto neoliberal exerceu influência sobre essa lacuna, desafiando a implementação de estratégias inclusivas e democráticas.

A promulgação da Lei 11.888/2008, também conhecida como Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)²¹, marcou um importante avanço no cenário das políticas habitacionais em contexto nacional nos anos 2000²². No entanto, essa conquista não foi fruto de um processo isolado, mas sim resultado de um longo histórico de mobilização, debates e lutas em tor-

21 Para compreender o contexto que levou à criação dessa lei, é essencial explorar a trajetória do programa de Assistência Técnica para moradia econômica (ATME), em Porto Alegre, cujas ações e reivindicações foram fundamentais para moldar a compreensão e o alcance da assistência e assessoria técnica no país.

22 Apesar das controvérsias, vale destacar aqui a importância do Programa Minha Casa Minha Vida - entidades (PMCMV) em busca de uma "padronização" da participação popular e do sistema autogestionário de construção em colaboração com assessoria técnica.

no da necessidade de democratizar o acesso aos serviços de arquitetura e engenharia.

No entanto, o próprio termo “assistência” trouxe à tona debates sobre seu significado e alcance. Muitos defensores acreditavam que o termo “assessoria” seria mais apropriado, uma vez que transmite a ideia de um processo mais horizontal, participativo e colaborativo entre pessoas técnicas e comunidades.

Enquanto a assistência muitas vezes se limita a uma abordagem mais pontual e orientada para a resolução de problemas específicos, a assessoria assume um caráter mais amplo e abrangente. A assessoria técnica não se limita apenas à solução imediata, mas busca estabelecer uma relação contínua e colaborativa entre pessoas técnicas e o povo, visando ao empoderamento das comunidades e à promoção de um ambiente colaborativo para a tomada de decisões.

(...) assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação. A razão é histórica, não teórica ou etimológica: se o Estado prefere o termo assistência, os movimentos populares que em alguma medida realizam ou almejam a autogestão têm preferido o termo assessoria.²³

²³ Kapp, 2018, p.223.

²⁴ Em busca de uma atuação efetiva, em 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) deliberou a destinação de 2% das receitas de arrecadação do Conselho para ações de apoio à ATHIS, via edital público.

Embora a promulgação da lei tenha introduzido um novo horizonte, a frustração com a falta de efetivação da mesma ressoa no discurso técnico e nas lideranças da categoria.²⁴ E, diante dessa lacuna,

o setor privado muitas vezes assume o papel de preencher esse espaço, adotando uma abordagem profundamente enraizada no pensamento neoliberal. Enquanto alguns encaram a assessoria técnica como uma oportunidade para a inserção política e social nas questões urbanas das populações mais carentes, outros a veem como um “*nicho de mercado*”.

No entanto, dando provimento à “confluência perversa” (Dagnino, 2002), fica fácil compreendermos o quanto a prática compensatória de certa forma conduzida por esses “projetos” pode ser útil à perspectiva neoliberal de enxugamento dos deveres do Estado. Além disso, o padrão das ações propostas pelos “projetos” facilmente confunde-se com o engajamento assistencialista de terceiro setor, proliferando ainda mais a “cidadania empresarial” que ascendeu com muito vigor desde os anos 1990.²⁵

25 Lopes, 2018, p.243.

Esta dualidade de visões, no entanto, revela o viés elitista que historicamente permeou a profissão de arquitetura e urbanismo, esvaziando o sentido político e social intrínseco nessa atuação.²⁶ A formação acadêmica muitas vezes prioriza projetos grandiosos e de prestígio, negligenciando temas como a cidade “*informal*”, as favelas e bairros populares. De acordo com a pesquisa do Datafolha (2015), 85% da população brasileira não constrói ou reforma com algum tipo de orientação técnica. Isso significa que formamos profissionais para apenas 15% da população. Essa ênfase perpetua a imagem do “*arquiteto autoral*” associado a obras magnânimas, enquanto a assistência técnica é relegada a um plano secundário, embora ela esteja intrinsecamente ligada aos debates sobre direitos e políticas públicas.²⁷

26 Pulhez e Rosa, 2016.

27 Santo Amore, 2018.

Vasos comunicantes, se (1) a maioria do campo profissional é formada por arquitetos “de mercado” e (2) boa parte desses profissionais, pelo regime de trabalho proposto nas instituições privadas de ensino superior, é composta por aqueles que atuam também como docentes nos cursos de Arquitetura e Urbanismo oferecidos por estas instituições, perguntamo-nos então se a maioria dos estudantes não seria formada não só para mas principalmente pelo mercado.²⁸

28 Lopes, 2018, p.249.

Esse apanhado histórico ou “*nebulosa*” - como denomina Pulhez -, ressalta que as raízes da assessoria técnica derivam de uma variedade de práticas de engajamento e colaboração entre diversos atores sociais. A assessoria técnica se apresenta como um campo dinâmico e em constante disputa, onde as ideias, perspectivas e abordagens são debatidas e moldadas ao longo do tempo. Esta prática não é um conceito fixo, mas sim um terreno fértil para a inovação e o diálogo. A própria nomenclatura - “*assessoria*” versus “*assistência*” - reflete o embate entre diferentes visões sobre o papel da pessoa de arquitetura e urbanismo nesse contexto. A luta por uma abordagem mais colaborativa, crítica e comprometida com a autonomia das comunidades encontra-se em permanente tensão com abordagens que perpetuam relações hierárquicas e assistencialistas.

Ao reconhecer a natureza em disputa da assessoria técnica, abrimos espaço para uma constante reflexão sobre seus princípios, objetivos e resultados. Isso nos permite resistir a narrativas hegemônicas, questionar paradigmas e buscar constantemente aprimorar nossas abordagens.

A produção do espaço será sempre o lugar do contraditório, das antinomias, e nele o arquiteto – seja o de “mercado”, seja o “ilustrado”, seja “assessor” ou “assistente técnico” – terá sempre que enfrentar o que é, o que não é e o distinto do que é e do que não é – tudo ao mesmo tempo.²⁹

29 *Idem.*

A assessoria técnica se conforma, portanto, como um campo onde diversas vozes convergem e divergem, um campo onde se questionam as formas tradicionais de atuação da pessoa arquiteta e se exploram novas maneiras de engajar-se com os desafios urbanos. Essa dinâmica de disputa não deve ser encarada como um entrave, mas sim como um motor propulsor de mudança.

Inspirados por essa trajetória, até os dias atuais vemos assessorias sendo criadas, tanto de dentro das universidades, com é o caso dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), como no interior de movimentos sociais, dos setores e brigadas de arquitetura e planejamento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST) e também de escritórios em assessoria técnica, formados em sua maioria por jovens profissionais de arquitetura.

Tomando como referência o estudo de Shimbo e Garcia (2023) e a nebulosa de práticas abordadas neste capítulo, apresento o quadro síntese a seguir no esforço de sistematizar o percurso apresentado à luz das distintas origens de aproximação de pessoas arquitetas e territórios populares - na prática, ou tentativa, no desenvolvimento de processos participativos - e da assessoria e assistência técnica. Vale pontuar que, para além das evidências abordadas pela literatura, a sistematização das modalidades de atuação também partiram da minha experiência prática e visão crítica construída na universidade (grupo de extensão Comunidade da Linha), no terceiro setor (Massapê e Lila Coletiva) e em movimentos sociais (Setor de Arquitetura e Planejamento do MTST).

A compreensão dessas diversas práticas culminou na categorização de **quatro modalidades** distintas de atuação:

1. **universidades**
2. **terceiro setor**
3. **movimentos sociais**
4. **poder público.**

Cada modalidade é destrinchada na tabela a seguir, começando pela **descrição** que oferece um panorama geral de suas características de atuação. Em seguida, o **perfil dos membros** é traçado, destacando os diferentes indivíduos e grupos que constituem cada modalidade. As **práticas**, por sua vez, são elencadas, apresentando projetos concretos realizados por cada segmento. A **estrutura de financiamento** sublinha as fontes de recurso mo-

bilizadas para viabilizar as atividades. Por fim, os **desafios** inerentes a cada modalidade são abordados, ressaltando as dificuldades e obstáculos que enfrentam em sua atuação.

A primeira modalidade - **universidades** - decorre da narrativa das experiências que caracteriza a integração entre ensino, pesquisa e prática profissional no interior das instituições de ensino, no âmbito de projetos de extensão. A do **terceiro setor** advém a partir do embaralhamento do trabalho técnico e social e da militância política que fundamentou - e ainda fundamenta - a atuação prática de profissionais de arquitetura e urbanismo, muitas vezes se consolidando em grupos de assessoria técnica, organizações não governamentais e cooperativas.

Em terceiro, trago à tona a atuação da prática de assessoria no interior dos **movimentos sociais** em que grupos de estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo nascem do interior desses movimentos, alinhados com a pauta política dos mesmos. Por fim, o **poder público** que, a partir de servidores públicos dentro das prefeituras municipais, desenham programas e projetos orientados com os ideários participativos e de não remoção. Por estarem no interior da máquina pública e sujeita a diversos conflitos de interesse políticos, essa modalidade apresenta suas contradições e limitações.

Essas quatro modalidades de atuação não são estáticas nem estanques, mas sim interconectadas e influenciadas mutuamente. O entendimento dessas nuances é fundamental para abordar a assistência e assessoria técnica em sua complexidade, enxergando-a como um ecossistema de práticas diversas que dialogam e convergem entre si.

MODALIDADE	PERFIL DOS MEMBROS	DESCRIÇÃO	
Universidade	Professores e estudantes de ensino superior.	<p>Atuação por meio de laboratórios, grupos de pesquisa e projeto de extensão nas universidades.</p> <p>Realizam práticas diversas de experimentação educacionais. Possui como objetivo aproximar os estudantes da prática profissional a partir de demandas coletivas e reais.</p> <p>Podem apresentar vínculos com movimentos sociais.</p>	MUD, S&P, LabHab, LabHab, Ciapa, U Trapiche, Maré EN, Trama, U
Terceiro Setor Assessoria Técnica, ONG's, escritórios e profissionais autônomos	Jovens profissionais de arquitetura e outros profissionais independentes, em geral, com vínculos em organizações com ou sem fins lucrativos.	<p>Desenvolvimento de projetos participativos diversos de cunho social, político e técnico e, em geral, inseridos em contexto de vulnerabilização e de conflito.</p> <p>Podem apresentar vínculos com movimentos sociais, organizações comunitárias e poder público.</p>	Nova GU, Críticas, Incursões, Brás de, Filme SU (déc. 80), Arruar, P, Vila Nov, Usina C, Ambient, Peabiru, Massap, CAUS, F, FIO asse, Taramel, Chão, S
Movimentos Sociais	Estudantes e jovens profissionais de arquitetura e engenharia que contem com outras fontes de captação de renda.	<p>Atuação em alinhamento político com o movimento social. Desenvolvimento de projetos participativos diversos de cunho social, político e técnico com ênfase no trabalho de base. Em geral, inseridos em contexto de vulnerabilização e de conflito.</p> <p>Atuação de negociação política com o poder público.</p>	MSTC, a, São Pau, MTST, a, São Pau, MTST, a, Pernamb (2021); MTST, a, Paraná
Poder público	Profissionais de arquitetura e engenharia com vínculo direto com prefeituras municipais por meio de cargos em secretarias ou diretorias.	<p>Práticas de alta complexidade atendendo demandas coletivas e individuais. Desenvolvimento de planos, projetos e obras de urbanização de favelas, regularização de assentamentos precários e melhorias e provisão habitacional.</p> <p>Prática do ofício atrelada também a ação política.</p>	SERFHA, Cajueiro, Perfilurb, Promora, Profavel, João de, Prezeis, Mutirão (déc.90)

Tabela 01: Síntese das modalidades da nebulosa de atuação. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

PRÁTICA	ESTRUTURA	DESAFIOS
<p>São Paulo (1961) Escola de Belas Artes, São Paulo (1982) UNICAMP, São Paulo (1986) UFPE, Pernambuco (2007) UFS, São Cristóvão (2017) MAU, UFRN, Natal (2018) JFPB, João Pessoa (2018)</p>	<p>Bolsas e recursos de fomento à pesquisa e extensão.</p>	<p>Escassez de incentivo financeiro para subsídio das atividades. Choque entre o conhecimento técnico e acadêmico e o conhecimento popular e empírico. Alinhamento com a agenda acadêmica.</p>
<p>Turna, Egito, Hassan Fathy (1940) aos modernismo, Team X (1940) es por favelas, John Turner (1950-1960) Pina, Rio de Janeiro, Quadra (1960) uper-8, São Paulo, Guilherme Coelho) Recife (déc. 80) a Cachoeirinha, São Paulo (déc. 80) TAH, São Paulo (1990) te, São Paulo (1990) São Paulo (1993) ê, Recife (2016) Recife (2016) essoria, São Paulo (2018) a, Fortaleza, (2018) ergipe (2022)</p>	<p>Editais, empresas, fundações, organizações, agências de cooperação e institutos e poder público.</p>	<p>Práticas emergenciais e assistencialistas. Falta de políticas públicas de financiamento para atuação. Dependência com gestão pública e conflito de interesses. Contradição acerca da prática de mutirão e autogestão. Limitação da escala de atuação e baixo reconhecimento e valorização da prática. Formação acadêmica limitada para a prática.</p>
<p>Assessoria de arquitetura e urbanismo, São Paulo (2018) Assessoria de arquitetura e urbanismo, São Paulo (2019); Assessoria de arquitetura e urbanismo, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (2020); Assessoria de arquitetura e urbanismo, São Paulo (2023).</p>	<p>Financiamentos coletivos, contribuição dos membros e trabalho voluntário, recursos repassados pelo movimento, editais, empresas, fundações, organizações, agências de cooperação e institutos e poder público.</p>	<p>Urgência das demandas e rapidez para desenvolvimento de alternativas. Dependência com gestão pública e conflito de interesses. Baixo recurso para atuação. Formação acadêmica limitada para a prática.</p>
<p>Barro, Rio de Janeiro (1956) Sêco, Recife, Acácio Borsoi (1962-1964) o (1975) ar (1982) a (1983) Barro (1984) Recife (1987) s autogeridos - Luiza Erundina, São Paulo (2018)</p>	<p>Programas públicos (orçamento estatal).</p>	<p>Burocracia estatal. Baixa continuidade de atuação com a troca da gestão pública e conflito de interesses. Contradição com a prática da autoconstrução e mutirão.</p>

A CIDADE OCUPADA: NOSSO CHAMADO É PARA LUTA

Desde 1960, os movimentos sociais organizados estão inseridos em uma luta coletiva pautada na reivindicação da moradia digna e de melhores condições de vida, desempenhando um papel crucial na defesa dos interesses das populações mais vulneráveis. Embora situados em um campo marcado por tensões e conflitos constantes, é também no interior dessa luta que se encontra um ambiente pautado pela solidariedade, afeto, participação e autonomia.

Ao longo deste capítulo, exploraremos mais a fundo o histórico do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST) e sua estrutura organizacional. Posteriormente, conheceremos como a assessoria técnica em arquitetura e urbanismo no interior desse movimento social - da qual faço parte -, no estado de Pernambuco, se integra à luta urbana, por meio da construção conjunta de outra forma de relação técnica, política e social.

Figura 06: MTST em ato por moradia, Recife (PE).
Fonte: MTST, 2021.



O movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto

O Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Sem-Teto do Brasil é um dos maiores movimentos sociais da América Latina. Há 25 anos, luta pelo direito à moradia digna, à cidade e a reforma urbana, enfrentando o descaso do poder público e a falta de cumprimento da função social da propriedade, garantida pela Constituição. O MTST surgiu na década de 1990, em um momento de redemocratização do contexto político e social do Brasil e, como aponta a literatura, de “boom” do surgimento de movimentos sociais. Inicialmente, o movimento fazia parte da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compondo o setor urbano deste em uma época em que o número de pessoas morando nas cidades aumentava, assim como os desafios urbanos.

Formado pelos “*sem-teto*”, o movimento abrange famílias de baixo ou baixíssimo poder aquisitivo, as quais se deparam com dificuldades para adquirir moradias por meio dos canais tradicionais, resultando em uma realidade onde não possuem

um espaço definido na cidade. Vivendo como verdadeiros “*migrantes intra-urbanos*”, essas condições os levam a enfrentar processos frequentes de redefinição territorial e adaptações identitárias, tornando complexa a construção de uma identidade contínua. Portanto, sua auto-definição varia, ora assumindo a perspectiva de trabalhadores, ora de desempregados, ora como “*excluídos*” e assim por diante.³¹

No entanto, vale destacar que existem características comuns entre a maioria das pessoas defensoras populares que compõem a luta dos movimentos sociais urbanos - como também do MTST - do nosso país: mulheres negras, com baixa escolaridade e, muitas vezes, mãe solo. E, infelizmente, são essas pessoas que têm seus direitos negados e violados sistematicamente.

O MTST surgiu, portanto, como uma tentativa de unir e amplificar a voz daqueles que não conseguem se inserir nas cidades, contrapondo os discursos de modernização excludente que permeia até os dias atuais. Embora seja um movimento organizado de abrangência nacional, em seu método de atuação, o MTST leva em consideração as diversidades regionais e estaduais no intuito de responder de forma mais precisa e relevante às demandas e necessidades atreladas às diferentes localidades em que sua luta está inserida.

Em Pernambuco, o MTST surgiu em 2015, mobilizando a classe trabalhadora em suas comunidades, especialmente aquelas ameaçadas de despejo e remoção forçada. Baseado no método nacional de atuação e organização, o movimento acompanha 8 territórios em luta, concentrados, em sua maioria, na Zona Metropolitana de Recife.

O movimento é organizado em coordenações e setores e brigadas, trabalhando politicamente e tecnicamente para acompanhar esses territórios, respectivamente. No caso de Pernambuco, são 03 coordenações e 11 setores, sendo eles:

COORDENAÇÃO

Coordenação nacional; Coordenação de Estadual e Coordenação de Território.

BRIGADAS E SETORES

Arquitetura e planejamento; Educação; Cultura; Financeiro; Jurídico; Negociação; Formação; Autodefesa; Organização; Agroecologia; Comunicação; e Saúde.

Tabela 02: Coordenação, setores e brigadas que compõem o MTST (PE). Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A atuação do MTST mescla tomadas de decisão horizontal e vertical que detém como base a participação e a solidariedade entre militantes e sem-teto, pautando-se em princípios e práticas que buscam, sobretudo, promover espaços de participação ativa e de formação política, onde se têm a oportunidade de compartilhar experiências, trocar conhecimentos e fortalecer laços comunitários. É na escala da micropolítica em que a noção de socialização política se manifesta mais acentuadamente, uma vez que

As aprendizagens do MTST se dão menos por discussões dirigidas, leituras ou cursos de formação, e mais pela vivência prática de novos modos de agir e pensar que ganham sentido na própria ação coletiva.³²

³² Carvalho E Tomizaki, 2021, p.16

Dito de outro modo, por meio da vivência dentro das ocupações, da formação de laços de solidariedade e afeto e do desempenho de tarefas e responsabilidades cotidianas que os sem-teto compreendem os princípios e valores políticos do MTST, reverberando no engajamento político dessas pessoas e fortalecendo, não só a permanência delas na luta coletiva, como também na reestruturação de seus modos de vida.³³

³³ *Idem.*

É nesse sentido que o engajamento político do MTST se constitui sobretudo na lógica Freireana e popular, empenhando-se pela formação de sujeitos livres³⁴ os quais, a partir da compreensão crítica do mundo à sua volta, conseguem refletir sobre e, a partir disso, transformar-se e transformar seu contexto social. Esse processo orientado por uma pedagogia engajada e coletiva, baseada na práxis e no fortalecimento do sentimento de pertencimento, potencializa integralmente uma “*atmosfera de con-*

³⁴ Freire, 1997.

*fiança e compromisso*³⁵ dentro do movimento.

Ao mesmo tempo em que as pessoas transformam o território, o território as afeta.

Nada aumenta mais a potência de agir de uma pessoa do que um encontro que amplie a capacidade de ser afetada e afetar os corpos exteriores de muitas maneiras.³⁶

³⁵ Hooks, 2020, p. 51.

³⁶ Spinoza, 2009, p. 182
apud Hermsdorf, 2022,
p. 22.

À luz desse entendimento, os territórios também são agentes no processo de socialização e politização dentro do movimento, excedendo a compreensão apenas como espaços físicos. Ao considerarmos que o ato de ocupar e a própria ocupação é uma das principais estratégias de abertura de diálogo do MTST com o poder público, o território se apresenta como um instrumento fundamental para a reforma urbana e que, além das questões jurídicas e institucionais, se sustenta das relações afetivas, subjetivas e cotidiana das pessoas militantes e dos sem-teto com o território.



— 54

01

02

04

03

05

06

07

08



- 01 Cuca Legal
- 02 Cozinha Solidária
- 03 Aliança com Cristo
- 04 Carolina de Jesus
- 05 Sítio dos Pescadores
- 06 Fazendinha
- 07 Pocotó
- 08 8 de março

Mapa 01: Localização das ocupações que o MTST (PE) atua.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

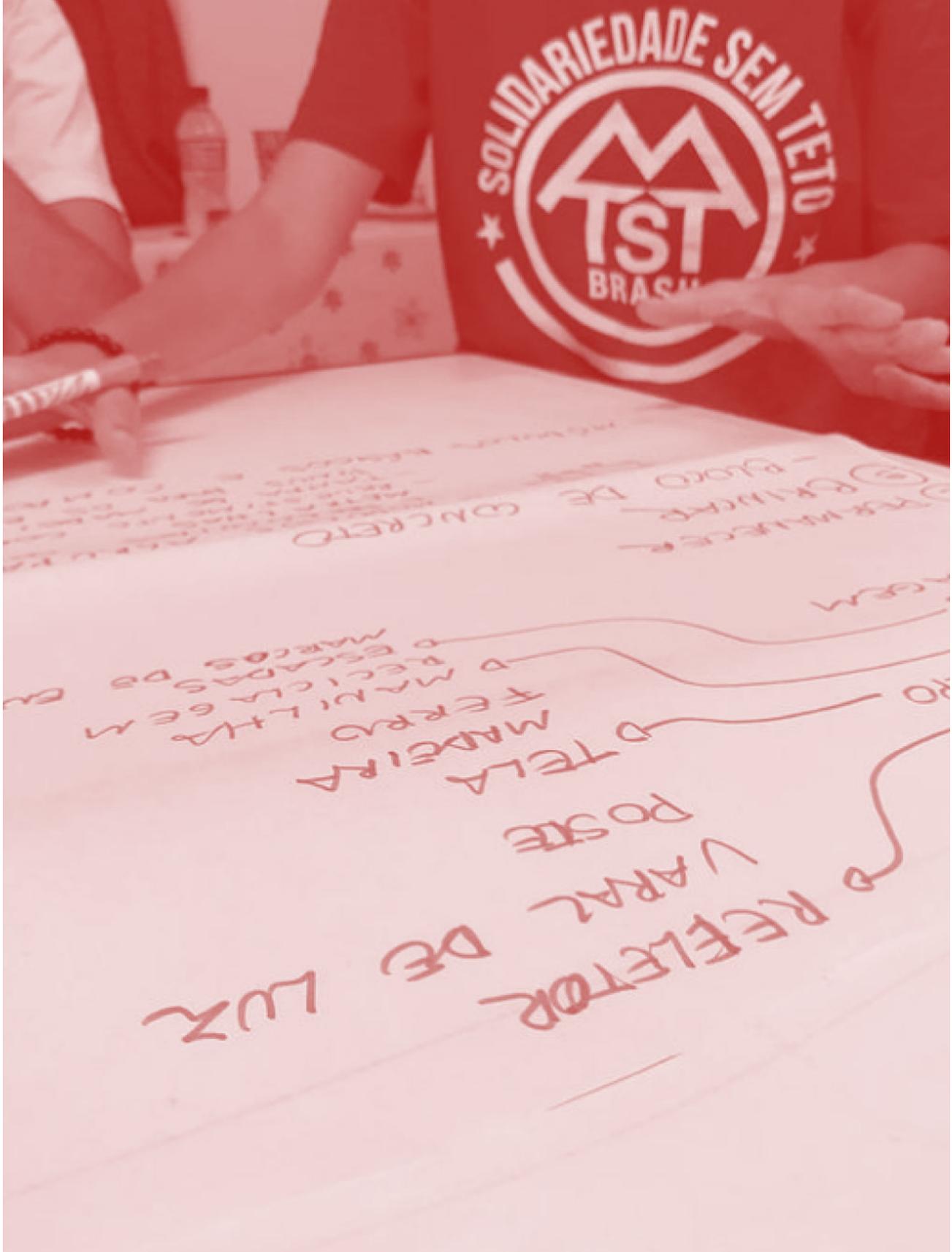


Figura 07: Reunião Setor de Arquitetura e Planejamento na Sede do PSOL, Recife (PE). Fonte: MTST, 2022.

O papel técnico, social e político das arquitetas no Setor de Arquitetura e Planejamento do MTST (PE)

Como visto no capítulo 01, o cerne da Assessoria Técnica Popular em Arquitetura e Urbanismo tem sua construção muito pautada na luta pela moradia e na urbanização de favelas à luz de um entendimento de colaboração entre diversos atores sociais que transformam o espaço. É nesse sentido que se constituiu o setor de Arquitetura e Planejamento no interior do MTST (PE), em 2021. Mas como desenvolver uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, dentro da estrutura de um movimento social, com democratização do saber e participação efetiva? Como problematizar o projeto arquitetônico e urbanístico, especialmente em contextos onde a urgência da moradia é imediata e a violação de direitos básicos é sistêmica?

Inicialmente, o MTST (PE) se via assessorado pela Cooperativa de Arquitetura, Urbanismo & Sociedade (CAUS), um grupo de estudantes e jovens arquitetos e arquitetas que, a partir do questionamento da prática tradicional das pessoas arquitetas e da vontade de contribuir efetivamente com a

luta pelos direitos urbanos, decidiram colocar seus conhecimentos em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade.

À medida que a parceria se desenvolvia, tornou-se evidente a necessidade de estabelecer um Setor de Arquitetura e Planejamento dentro do próprio movimento. Esse setor não apenas ofereceria assessoria técnica para atender às demandas cotidianas e temporais do movimento, mas também estaria alinhado com as pautas do MTST, comprometido com o trabalho de base e dedicado à construção política do movimento. Nesse contexto, por meio de uma chamada aberta nas redes sociais, estudantes e jovens profissionais se interessaram pela oportunidade de se juntar à trajetória de luta do movimento, culminando na formação da Brigada de Arquitetura e Planejamento, em 2021.

Nesse mesmo ano, aconteceu o processo de ocupação do terreno onde hoje é a ocupação 8 de março. Essa ação direta foi fundamental para a consolidação da brigada que executou o desenho urbano da ocupação, dentre outras estratégias voltadas para questões arquitetônicas e urbanísticas da mesma, alinhadas com as especificidades dos espaços ocupados.

Em seguida, uma série de outras ações foram realizadas nos territórios em colaboração com as pessoas ocupantes, valendo-se salientar a construção de parques infantis³⁷ em 6 territórios, sob modelo de mutirão, e o processo de regularização fundiária da ocupação Carolina de Jesus, ainda em curso. Na tabela a seguir, listo uma série de outras atividades que endossaram a atuação do grupo e que foram fundamentais no alinhamento das práticas das militantes e na consolidação do grupo enquanto coletividade.

37 Essa experiência foi relatada por Glasner (2023) em seu trabalho intitulado "Entre o brincar e a luta por terra: a experiência da construção de partes nas ocupações do MTST - PE.

Tabela 03: Síntese das ações da Brigada e do Setor de Arquitetura do MTST (PE) desde sua formação até a presente data deste trabalho. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

38 Ocupações que já estavam em curso e depois passaram a ser assessoradas pelo MTST (PE), não sendo iniciadas pelo movimento.

OCUPAÇÃO	DATA DE SURGIMENTO	LOCALIZAÇÃO	TIPOLOGIA	AÇÕES
8 de março	2021	R. Frei Casanova, Boa Viagem, Recife (PE)	Terreno	Desenho urbano da ocupação; Assessoria de execução de projeto elétrico; Construção de banheiros; Construção de parque infantil; Construção de cisternas.
Fazendinha ³⁸	2011	Av. Desembargador José Neves, Recife (PE)	Terreno	Construção de parque infantil; Acompanhamento político do projeto PROMORAR.
Pocotó ³⁸	começo dos anos 2000	Rua Ernesto de Paula Santos, Boa Viagem, Recife (PE)	Terreno	Construção de parque infantil; Acompanhamento político do projeto PROMORAR.
Sítio dos Pescadores ³⁸	2016	R. Euríco Vitruvius, 346, Pina, Recife (PE)	Terreno	Construção de parque infantil.
Aliança com Cristo ³⁸	2016	R. Passo Santa Cruz, Jiquiá, Recife (PE)	Terreno	Construção de parque infantil.
Carolina de Jesus	2017	Av. Central, Barro, Recife (PE)	Terreno	Construção de parque infantil; Projeto participativo de Regularização Fundiária; Acompanhamento político para construção do MCMV - entidades.
Cuca Legal ³⁸	-	Av. Antônio da Costa Azevedo, 980, Jardim Brasil II, Olinda (PE)	Edifício multifamiliar térreo + 3	Diagnóstico de análise estrutural da edificação.
Cozinha Solidária Terreno	2019	R. Eliéser Olímpio de Moura, 100, Torre, Recife (PE)	Terreno	Análise estrutural da edificação; Orientação para mitigação de riscos estruturais, elétricos e hidráulicos; Mapeamento de danos; Projeto participativo de reforma.

O caráter imersivo dessas experiências dentro dos territórios, para além das melhorias e incidências técnicas, foram fundamentais na criação de vínculos e diálogos mais aproximados com as pessoas ocupantes. Esse estreitamento de laços mais fortes significou uma relação de confiança e de um entendimento acerca das necessidades e desafios dos territórios, ao mesmo tempo que politiza as pessoas envolvidas na luta.

A concepção de que, enquanto as pessoas ocupantes transformam o território, este, por sua vez, exerce influência transformadora sobre elas, estreita o vínculo entre a atuação técnica e a prática, ressaltando a importância de reconhecer que as soluções não podem ser universalmente aplicadas, mas sim adaptadas às particularidades de cada território. Essa relação mútua e intrincada entre as pessoas e os espaços que habitam e produzem, denominada por Silke Kapp como “grupo sócio-espacial”, desenha um contexto onde a interação entre o sujeito e o espaço é fundamental.

um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele.³⁹

³⁹ Kapp, 2018, p. 223

Essa abordagem oferece uma perspectiva para analisar os territórios que transcende a mera observação dos aspectos físicos, levando em consideração como esses espaços são vivenciados e experienciados pelas pessoas que os habitam. Nesse contexto, somente a práxis consegue capturar as nuances dessas transformações que, em um projeto distante das experiências locais, não seriam compreendidas. Mais ainda, essa relação só pode ser plenamente alcançada quando as pessoas que

vivenciam diariamente o território estão integradas aos projetos, buscando alcançar um horizonte de autonomia.

Outra possibilidade seria uma assessoria técnica que reconhece o potencial do grupo e tenta encontrar meios para apoiar e ampliar as iniciativas, trazer os conflitos à tona, facilitar negociações, prover informações técnicas, fomentar a melhor compreensão dos efeitos das diversas mudanças imaginadas. Entretanto, sua principal tarefa não é desenhar a escola e sim criar interfaces para que o grupo continue produzindo o espaço que o constitui como grupo e para que seja capaz de fazer isso melhor que antes.⁴⁰

40 *Idem*, p. 232.

Meses após diversas ações nas 8 ocupações em que o MTST atua, a Brigada de Arquitetura e Planejamento obteve um núcleo sólido de militantes - sendo sua maioria composta por mulheres - que, a partir do trabalho imersivo dentro das ocupações e em contato direto com as pessoas ocupantes, passou a ser setorizado. Isso significou uma maior responsabilidade nas esferas políticas e de negociação do MTST, permeando atuações mais representativas e burocráticas, para além das demandas temporais dentro dos territórios.

41 *Guizzo*, 2019.

É nesse contexto que o setor fundamenta sua atuação, alicerçado na concepção de que uma arquitetura militante desempenha um papel social, político e pedagógico, fortalecendo e destacando a importância das emoções, das relações afetivas e das experiências subjetivas dos sujeitos para subsidiar seus projetos de atuação. E, para além disso, exige a atuação de assessoras que, ao contrário de especialistas neutros, se deixam afetar pelo território e suas dinâmicas sócio-espaciais.⁴¹

CO CRIANDO EM MOVIMENTO: TRILHANDO ALTERNATIVAS COLETIVAS

A prática da assessoria técnica popular em movimentos sociais enfrenta desafios significativos, especialmente quando se depara com contextos inusitados que fogem dos protocolos formais dos projetos de arquitetura aprendidos na universidade. Ao envolver a população afetada como protagonista do processo, os processos projetuais participativos podem oferecer uma alternativa para a rigidez dos projetos tradicionais, permitindo uma abordagem mais flexível e adaptativa às demandas e necessidades dos usuários e das comunidades envolvidas, de maneira alinhada com suas realidades - que, muitas vezes, são complexas.

Neste capítulo, adentramos no projeto participativo de reforma da Cozinha Solidária da Torre do MTST, situada na comunidade de Santa Luzia, na cidade do Recife. Aqui, abordaremos os passos que foram realizados até o presente momento, os desafios enfrentados durante esse percurso e as dinâmicas

que nortearam esse exercício de co criação com os atores que habitam esse território, o produzem e são afetados por ele.

Contudo, é fundamental ressaltar que as metodologias que serão apresentadas a seguir não são estáticas, sólidas ou definitivas. Desde o princípio, está em constante transformação, adaptando-se e adequando-se às mais diversas situações e complexidades intrínsecas a um trabalho em contexto de conflito. Mais do que uma metodologia a ser rigidamente seguida, este capítulo busca fornecer ferramentas para repensar as práticas, sempre a partir das necessidades reais dos próprios usuários. Cada conhecimento técnico e específico pode - e deve - ser combinado com os saberes populares na construção de uma nova forma de habitar.⁴²

⁴² Vilaça, 2015.

Em tempo, não se trata de ignorar as assimetrias e valoração que estão intrínsecas na sociedade diante os conhecimentos técnicos sob populares, mas, de uma tentativa de facilitar uma atmosfera em que, tais distinções possam ser, ao menos, possibilitadas de serem contornadas ou livres de dominação - tendo, sempre em mente, a investida de superação dessas.

Figura 08: Cozinheira preparando refeição. Fonte: MTST, 2022.





08

07

01

02

03

04

05

07

- 01 Cozinha Solidária da Torre
- 02 Cooperativa de Reciclagem
- 03 Upinha da Torre
- 04 Parque Gregório Bezerra
- 05 CEPAS
- 06 Rioteca
- 07 Praça Prof. Barreto Câmpelo
- 08 Parque Santana

Mapa 02: Localização da Cozinha Solidária da Torre e equipamentos próximos, na Comunidade de Santa Luzia, Recife - PE.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A ocupação da Cozinha Solidária da Torre está inserida no projeto nacional das Cozinhas Solidárias, encabeçado pelo MTST. Criada no contexto de pandemia de Covid-19 e do cenário político desfavorável no combate da mesma, a iniciativa buscou produzir e distribuir refeições nas periferias do Brasil. Infelizmente, mesmo passada a pandemia, a fome continua e diariamente as Cozinhas Solidárias alimentam milhares de famílias. Esses espaços são mantidos por meio de financiamento coletivo, doações de alimentos, cestas básicas e outros itens essenciais, colaborações de entidades parceiras e até mesmo apoio internacional.

Inaugurada em 2021, a Cozinha Solidária da Torre proporciona função social a um imóvel de âmbito municipal, que estava abandonado e sem uso há cerca de 10 anos. Para além de ser um espaço de combate à fome e de produção e distribuição de alimento, a Cozinha abarca usos e atividades diversas, se desenhando como espaço multifuncional produzido por diversos atores que compõem o movimento.

43 Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe (Silva, 2023).

44 Cozinhas Solidárias, 2022, s/p.

32 cozinhas solidárias foram inauguradas

11 estados foram contemplados pela iniciativa⁴³

mais de **1.228.020** refeições servidas, isso é mais de **857.491** quilos de alimentos distribuídos⁴⁴

O território está inserido na Comunidade Vila de Santa Luzia, reconhecida como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor de Recife e possui uma localização privilegiada no referente à **proximidade a equipamentos**. O território se apresenta a alguns metros da Upinha da Torre, do parque Gregório Bezerra, da praça Professor Barreto Câmpelo e do Parque Santana. Além desses, o território se encontra perto de dois equipamentos comunitários importantes para a comunidade, a Rioteca⁴⁵ e o Centro De Ensino Popular e Assistência Social De Pernambuco Santa Paula Frassinetti (CEPAS), e ao lado de uma Cooperativa de Reciclagem.

Com uma área de aproximadamente 1.500,00 m², o terreno ocupado possui **quatro edificações**, construídas em tijolo artesanal. Para melhorar a compreensão acerca da espacialidade do território, denominei as edificações que o compõem em bloco 01, 02, 03 e 04. Vale ressaltar que essa divisão não corresponde a uma denominação utilizada pelas pessoas que habitam o território e sim, estritamente aplicada neste trabalho como estratégia de espacialização das intervenções e das atividades realizadas em cada uma dessas edificações.

No conjunto dessas estruturas, um compreende ao espaço propriamente dito de cozinha (bloco 01), enquanto outro bloco abarca uma biblioteca (bloco 02), que passou por uma reforma coordenada pelo setor e brigada de educação, e também inclui um depósito e banheiro. Infelizmente, após uma década sem uso e descoberto, um terceiro bloco (bloco 03) encontra-se em estado de ruína. Além dessas edificações, há uma construção que funciona como habitação (bloco 04). Nos espaços abertos e nos arredores das edificações, é notável a presença de diversas árvores e uma horta.

45 Uma biblioteca urbana, recentemente reformada pela prefeitura, que se configura como um espaço de lazer e de contemplação na Vila de Santa Luzia.



Figura 09: na página anterior, bloco 01. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.

Figura 10 e 11: de cima para baixo, bloco 03 e 02. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.

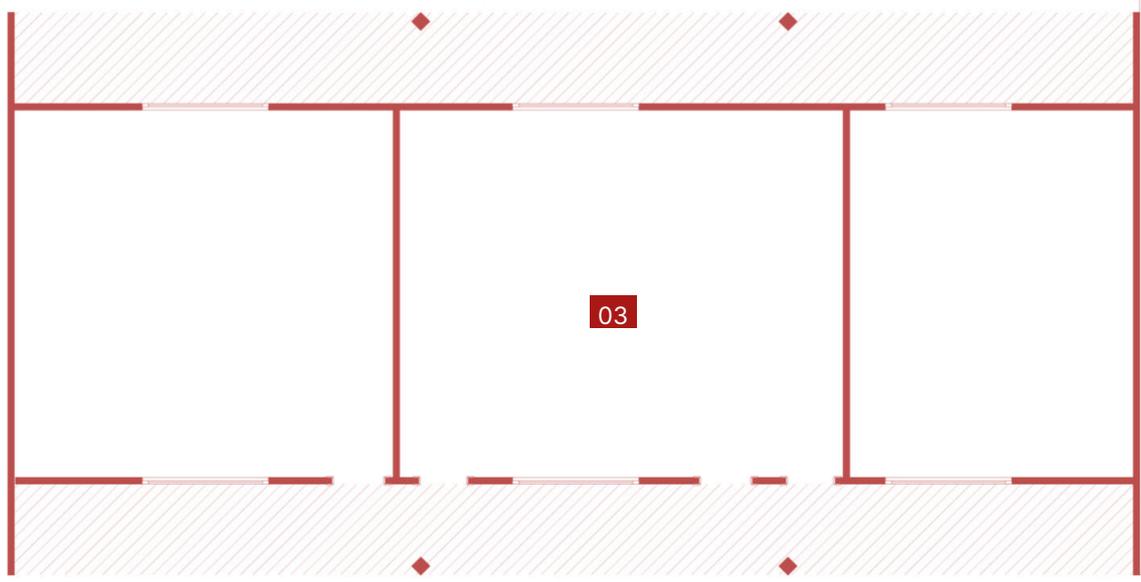
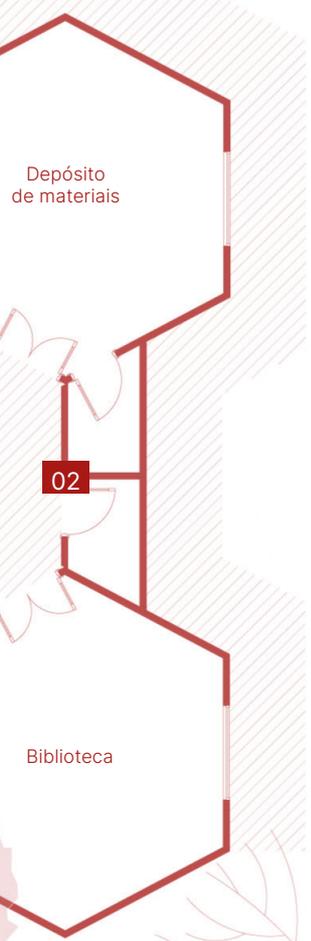


- 01 Bloco 01
- 02 Bloco 02
- 03 Bloco 03
- 04 Bloco 04

Mapa 03: Blocos especializados e seus usos.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.



Co criação em movimento



Horta

Diariamente, a cozinha distribui aproximadamente 100 refeições, operando de segunda a sexta-feira e abrindo aos finais de semana para atividades definidas previamente pelo movimento. O processo de distribuição segue o seguinte fluxo: pela manhã, as famílias entregam os recipientes vazios, e ao final da manhã, esses recipientes são devolvidos já preenchidos. Em conversas com a coordenadora da cozinha, foi relatado que o perfil dos beneficiários é, em geral, idosas e mulheres.

Figura 12: Pessoas beneficiárias aguardando a entrega das refeições. Fonte: MTST, 2022.



Figura 13: Reunião do Movimento na Cozinha. Fonte: MTST, 2022.



ATORES	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	TEMPORALIDADE DAS AÇÕES
Cozinheiras	Produção e distribuição de alimentos	Regular
Setor e brigada de agroecologia	Atividades formativas, em geral, realizadas na horta	Regular
Setor e brigada de autodefesa	Habitação, organização e manutenção diária do território	Regular
Moradores beneficiários	Recebimento das marmitas e participação em atividades pontuais	Regular
Coordenação	Reuniões e atividades formativas com militantes e sem-teto	Pontual
Setor e brigada de cultura	Produção de eventos, em geral na área externa	Pontual
Setor e brigada de educação	Atividades formativas na biblioteca	Pontual
Setor e brigada de arquitetura e planejamento	Reuniões e acompanhamento de reformas pontuais	Pontual
Setor e brigada financeiro	Reuniões	Pontual
Setor e brigada de organização	Reuniões e atividades formativas	Pontual

Tabela 04: Atores e atividades realizadas na Cozinha. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Figura 14: Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre.
Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



Processo projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre

Quando nos aventuramos pelo campo do projeto arquitetônico e urbanístico em contextos de vulnerabilidade, somos desafiadas a transcender as fronteiras tradicionais dessa prática, adquirindo novos contornos e responsabilidades. Nesse cenário, um questionamento constante me acompanhou durante essa trajetória: como problematizar o projeto e facilitar um processo participativo - que, por essência, possui um percurso mais demorado e sujeito a temporalidade dos diversos atores que compõem o território -, considerando as urgências das necessidades imediatas tanto dos usuários quanto dos espaços?

À luz desse questionamento, o percurso de investigação que constrói esse projeto partiu da metodologia da pesquisa-ação, em que, segundo Elliot (1997) o processo se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação. Isso indica se inserir no território a partir de uma perspectiva e posicionamento flexível frente a possibilidade contínua de mudança.

De início, o planejamento, que se entrelaça com o cronograma idealizado inicialmente neste trabalho de curso, visava apresentar como produto do processo projetual um projeto básico de requalificação e reforma com orçamento detalhado para o território da Cozinha. Visualizando o projeto como ferramenta de negociação política, com isso em mãos, o MTST tem uma contraproposta sólida e alinhada com a realidade para o que pode ser o território. E, para além disso, uma documentação “guia” para possíveis captação de recursos e projetos de reforma.

Quem conhece a ordem dos fatos? A ação pode prescrever a teoria e vice-versa. Até imagino que é possível agir sem pensar. Mas produzir teoria sem acreditar na ação parece-me um expediente bastante inócua.⁴⁶

46 Lopes, 2018, p. 251.

Todavia, devido a temporalidade de outras ações dentro do movimento e a disponibilidade dos atores envolvidos para essa construção, o percurso para esse fim se tornou mais extenso. Nesse sentido, nas próximas páginas irei descrever as atividades realizadas até o presente momento, as análises dessas ações e os processos que estão por vir.

Todo o processo foi - e está sendo - realizado em colaboração com militantes da Brigada e do Setor de Arquitetura e Planejamento do movimento, grupo ao qual integro desde sua fundação.

Ressalto que, o processo que irei descrever adiante, não se finda nestas páginas. Como militante do movimento, reafirmo meu compromisso na continuação do que motivou esse trabalho de conclusão de curso que, desde do início, está envolvido com uma demanda real, necessária e, claro, urgente. E,

em tempo: atentando para o fato de que o próprio método acaba sendo um produto.⁴⁷

⁴⁷ Baltazar e Kapp, 2006, p.101.

O projeto foi dividido em três etapas, sendo elas: levantamento técnico, análise das patologias e co-criação. As duas primeiras etapas partiram de uma perspectiva mais técnica mas que possibilitaram uma imersão no território e encontros - de maneira não estruturada - com as cozinheiras e a coordenadora da cozinha e as pessoas beneficiárias das



refeições. Além disso, foi um momento fundamental de observação atenta, construção de vínculos e de imersão no território. A última etapa contou com participação direta de diversos atores a partir da aplicação de interfaces participativas.

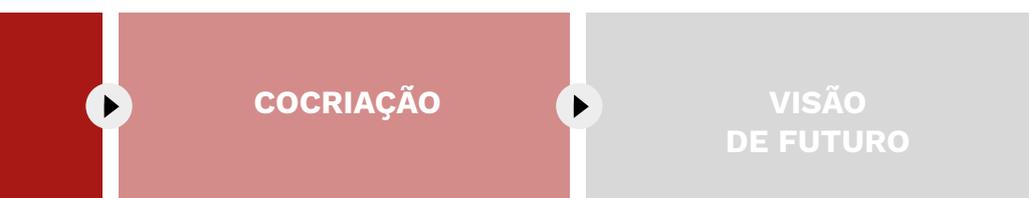


Tabela 05: Etapas processual do projeto participativo da Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

	agosto - /2023	não iniciada/2023
ente a écnica nina- fícios, icos e	Colaboração entre os mais diversos atores do território, juntamente com a equipe técnica, na concepção, geração de ideias e tomadas de decisão sobre o projeto arquitetônico.	Estabelecimento de bases para utilização do projeto preliminar como ferramenta de negociação política e captação de recursos para sua implementação.
s	Oficinas participativas	Encontros para a elaboração do plano de ação
eses	Sistematização dos dados	
	Elaboração do projeto preliminar	
	Validação e ajustes do projeto	

48 Durante o desenvolvimento do trabalho, optou-se por não incluir o bloco 04, que corresponde à habitação, no escopo do projeto.

Levantamento técnico

O levantamento técnico foi uma etapa essencial no processo de projeto que, para além de oferecer uma visão abrangente acerca das dimensões, formas e características físicas do território e, em especial, das suas edificações, os produtos gerados subsidiaram as etapas subsequentes.

O levantamento aconteceu durante o mês de maio e junho, ao decorrer de três dias. No primeiro dia, realizado em colaboração com mais duas militantes da área de arquitetura, a equipe mediu e registrou todas as dimensões relevantes dos blocos 01, 02 e 03⁴⁸, bem como a implantação deles dentro do terreno, incluindo comprimentos, larguras e alturas de paredes, portas, janelas, pisos, tetos, elementos estruturais e quaisquer detalhes arquitetônicos especiais. Essas medidas foram realizadas com o suporte de trena e celular e de maneira manual.

Com as dimensões levantadas, essas foram passadas para o software Archicad a fim de consolidar os desenhos técnicos. No decorrer desse processo, algumas incompatibilidades surgiram, demandando outras duas visitas técnicas para compatibilizar as medidas.

Essas discordâncias entre as medidas foram decorrentes, principalmente devido:

1. às inclinações das paredes das edificações que não possuíam ângulos retos.
2. a falta de ferramentas ideais, como voos de drone para georreferenciamento dos blocos no terreno, no intuito de localizar de maneira precisa as edificações em relação aos muros externos do território.

É por dentro das relações que as formas foram engendradas, em uma trama complexa de afetos com o território que foge aos modelos. Nesses termos, conhecer é criar e não descobrir, e participar é compreender por dentro das relações e compor seu próprio corpo com outros corpos e não se retirar da relação com o território, advogando por uma neutralidade. (Guizzo,2019)

Contudo, apesar de não termos as ferramentas adequadas para uma realização precisa do levantamento, foi possível gerar uma documentação sólida e em consonância com a realidade.

Acontecidas de maneira mais informal, as visitas posteriores foram essenciais para a imersão dentro do dia-a-dia do território, em especial com as cozinheiras da Cozinha. As conversas realizadas nesses encontros proporcionaram um espaço de diálogo e interação, para além das questões acerca do projeto, capazes de criar laços de confiança e afeto.



Figura 15 e 16: Levantamento arquitetônico do Território.
Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



Análise das patologias

A etapa de análise das patologias foi uma parte fundamental no processo de avaliação das condições dos blocos, especialmente quando se trata de um terreno abandonado há cerca de 10 anos. Nesse contexto, é comum a presença de desgastes, deteriorações e problemas nas edificações.

Essa etapa aconteceu nos meses de julho e agosto e contou com a colaboração de mais 3 militantes da área de arquitetura do movimento. Foi realizada uma visita, no dia 04 de julho, com o intuito de fazer uma inspeção visual e técnica do território. Como metodologia de atuação, analisamos os danos sob 4 eixos:

Superficiais: Relacionados a análise das condições das paredes, pisos, tetos e demais áreas acessíveis das edificações. Procuramos por rachaduras, fissuras, infiltrações, manchas de umidade, desprendimento de revestimentos, pintura descascada, entre outros.

Estruturais: Verificação se há danos estruturais, como trincas ou deformações em vigas, colunas, fundações e cobertas. Também observamos se existem sinais de corrosão em elementos metálicos, principalmente na laje da coberta.

Sistemas elétricos: Avaliamos as instalações elétricas das edificações. Verificamos a existência de fiações expostas, conexões defeituosas, estado de quadros de distribuição e a capacidade da rede elétrica atender às demandas do espaço.

Sistemas Hidráulicos: Isso inclui a inspeção de

encanamentos, tubulações, conexões e sistemas de esgoto. Buscamos vazamentos, entupimentos, infiltrações e outros problemas que possam afetar o funcionamento adequado dos sistemas.

Ao final desse processo, foram realizadas fichas de danos, contendo o tipo de dano, a descrição e causa do mesmo e as recomendações para solucioná-lo. Como forma de responsabilidade e proteção de dados, optei por não anexar na íntegra as fichas neste trabalho de conclusão de curso. Nas próximas páginas, indico, de maneira geral, os danos mais encontrados nos blocos.





Figura 19: Mapeamento das patologias. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.

No bloco 01 e 02, no referente aos **danos superficiais** mais encontrados, estão manchas de umidade e descamação de pintura nas paredes. Já nas janelas, encontram-se corrosões, caracterizadas pela ocorrência de oxidação da superfície de ferro e vidros quebrados. As paredes externas apresentam crosta negra, em especial na laje da cobertura do bloco 01, e na base da edificação de ambos os blocos. Destaca-se também a presença de portas e maçanetas danificadas. Além dos citados, o bloco 02 apresenta perda de elemento nos forros de madeira dos banheiros e descolamento de pintura em algumas paredes exteriores.

Acerca dos **danos estruturais**, o bloco 01 possui, principalmente na coberta, infiltração, umidade descendente, armação exposta e falhas de impermeabilização. Isso decorre, principalmente, do deslocamento das telhas e perda de componentes de vedação. Como medida protetiva e de mitigação, foi realizado a curto e médio prazo, durante o desenvolvimento deste trabalho, reparos no telhado e impermeabilização da laje. Nos levantamentos encontramos no bloco 02, nesse mesmo eixo, a presença de trincas e rachaduras nas alvenarias. Ainda nesse bloco, foi levantado a presença de cupins em algumas vigas do telhado.

Por se tratar de uma edificação abandonada por aproximadamente uma década, as instalações elétricas e hidráulicas foram implementadas posteriormente, em sua maioria ao ocupar o território. Inutilizar as instalações antigas e introduzir uma infraestrutura externa foi uma alternativa para conseguir desenvolver as atividades nos blocos de maneira segura.

Ainda assim, nos dois blocos, há a presença de

danos elétricos relacionados à fiação exposta. No referente aos **danos hidráulicos**, não foram ressaltadas grandes patologias, destacando-se apenas tubulações existentes antes da ocupação em mau estado de conservação e a falta de manutenção de lajes e áreas molhadas.

Por estar em estado de ruína e não possuir uso, especialmente devido a ausência de cobertura, o bloco 03 não foi analisado durante as visitas. Ademais, ressalto a importância de solicitar um laudo técnico a uma pessoa especializada⁴⁹ a fim de realizar uma análise das patologias de maneira mais criteriosa e aprofundada de todos os blocos.

Com o mapeamento detalhado dos danos, foi possível documentar, com fotografia, esboços e registros escritos, as condições existentes dos blocos, servindo como referência para a realização do desenho e das prioridades dentro do projeto arquitetônico. A análise de danos também considerou a gravidade e a extensão dos problemas identificados, classificando-os de acordo com sua urgência de intervenção. Isso ajuda a priorizar quais áreas precisam de atenção imediata e quais podem ser tratadas em fases posteriores do projeto.

⁴⁹ Ressalto que estamos em busca de parcerias com essas pessoas especializadas para o desenvolvimento desta atividade.

Cocriação

A cocriação não é apenas um termo vago, mas um processo que requer uma construção cuidadosa de metodologias que promovam o diálogo e a colaboração efetiva entre o conhecimento técnico e o conhecimento popular para a criação de um conhecimento e uma linguagem comum que faça sentido para o território e para as pessoas que o habitam. É nesse espaço de interseção que as chamadas “interfaces participativas” emergem como ferramentas essenciais de mediação.

Em vez de reproduzir o modo *architectorum*, afastando os diretamente interessados da produção do espaço, a assessoria técnica lança mão de interfaces. “Interfaces podem ser concretas ou abstratas, existentes ou inventadas, informacionais ou operacionais, físicas ou digitais, ou qualquer combinação híbrida dessas possibilidades. Mas devem poder ser usadas sem a presença de quem as projetou.”⁵⁰

⁵⁰ Kapp; Baltazar; Morado, 2008, p.23.

Neste trabalho, utilizo as interfaces como mecanismos ou ferramentas capazes de facilitar a comunicação e colaboração entre diferentes os diferentes atores e seus conhecimentos que produzem o território da Cozinha. Em essência, as interfaces ajudam a mediar um terreno comum de discussão e ação, onde diferentes perspectivas e conhecimentos podem dialogar para, no caso deste trabalho, criação de soluções significativas e contextualmente relevantes para o território da Cozinha e as pessoas envolvidas.

Para compreender a importância dessa construção de interfaces participativas, é vital considerar que

o conhecimento não deve ser ditado por normas profissionais e hierarquias preestabelecidas. Pelo contrário, ele deve ser forjado na troca, na negociação e na colaboração, onde o palpite e a intuição são igualmente valiosos. É nesse espírito de empreendimento compartilhado que as interfaces participativas se destacam, proporcionando um terreno fértil para a fusão de conhecimento técnico e popular. Ainda que soe pretensioso, nos parece possível começar a vislumbrar um método de assessoria técnica para lidar com diferentes escalas em ambientes urbanos e rururbanos.⁵¹

51 Baltazar e Kapp, 2016, p.21.

Neste trabalho, a construção dessas interfaces desempenha um papel essencial, permitindo que todos os envolvidos tenham meios para participar na discussão dos desafios e das tomadas de decisão do projeto com autonomia. Além disso, essas interfaces não apenas facilitam a colaboração, mas também alimentam o processo com conhecimento valioso, produzindo dados e reflexões sobre o território e orientando o seu desenvolvimento prático. É nesse contexto que apresento como a cocriação e a construção de interfaces participativas desempenham - e estão desempenhando - um papel crucial na experimentação, investigação e alinhamento de possibilidades para o território da Cozinha Solidária da Torre.

Esta etapa engloba duas oficinas, a sistematização destas, validação e ajustes do projeto, além da elaboração de um plano de ação para a implementação do projeto. Neste capítulo, focarei na descrição das interfaces utilizadas e no relato e sistematização da primeira oficina. No próximo capítulo, detalharei a metodologia e as interfaces da segunda oficina, bem como seus desdobramentos. Vale ressaltar que, até a conclusão e publicação deste

52 Ambas as metodologias foram elaboradas por Juliana Hermsdorf, integrante da brigada de Arquitetura, com minha colaboração.

trabalho de conclusão de curso, a segunda oficina ainda não foi realizada.⁵²

Inicialmente, tínhamos planejado aplicar duas vezes a primeira, sendo uma para o público alvo das pessoas que vivenciam o espaço da cozinha frequentemente nos últimos meses, como as cozinheiras, moradores e brigadistas e, uma segunda para os grupos mais institucionais do movimento, como a coordenação estadual e representante dos setores do MTST.

Essa distinção partiu do entendimento de que esses atores vivenciam de maneira diferente o território, sendo o primeiro com visões, demandas e vivências coletivas e territoriais e o segundo com direcionamento mais político e institucional para o território. Além disso, tínhamos receio de criar um ambiente em que algumas vozes se sobressaíssem mais do que outras. Imaginamos que, ao dividir em dois grupos distintos, estaríamos tendo o cuidado de criar uma atmosfera mais confortável e inclusiva para o compartilhamento de perspectivas e opiniões.

PÚBLICO-ALVO	OBJETIVOS	PERGUNTAS NORTEADORAS
<p>Pessoas que vivenciam o espaço da cozinha frequentemente nos últimos meses</p>	<p>Momento 01: Compreender a cozinha atualmente a partir do olhar de quem vivencia cotidianamente o lugar.</p>	<p>Como e quando o território da cozinha é utilizado hoje em dia? e como esses diferentes usos se comunicam?</p> <hr/> <p>Quais fluxos as pessoas realizam no local (caminhos)?</p> <hr/> <p>O que funciona bem? e regular? o que funciona mal e/ou não funciona?</p> <hr/> <p>Quais são as problemáticas sócio-espaciais que existem?</p>
<p><i>(Camila, branca, cozinheira da comunidade, representantes da área de educação, agroecologia, cultura e arquitetura)</i></p>	<p>Momento 02: Compreender o que as pessoas sonham para a cozinha a partir do olhar de quem vivencia cotidianamente o lugar.</p>	<p>Quais diretrizes podemos traçar para o território da cozinha?</p> <hr/> <p>Como integrar o território da cozinha com a comunidade em que ela está inserida? e quais benefícios e desafios isso pode trazer?</p> <p><i>(privado/comunitário/semi-privado)</i></p> <hr/> <p>Como os diferentes setores imaginam sua atuação no território da cozinha? e como isso pode dialogar com os sonhos dos outros setores?</p>
<p>Coordenação estadual e representante dos setores do MTST</p>	<p>Compreender o que as pessoas sonham para a cozinha a partir dos direcionamentos políticos e institucionais do movimento.</p>	<p>Quais os objetivos políticos e institucionais para o território da cozinha?</p> <hr/> <p>Como integrar o território da cozinha com a comunidade em que ela está inserida? e quais benefícios e desafios isso pode trazer?</p> <hr/> <p>Como cada setor pode atuar no terreno da cozinha para consolidar esses sonhos?</p>

Tabela 06: Síntese dos públicos, objetivos e perguntas norteadoras das interfaces.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

53 Refiro-me como oficina o dia em que aconteceu a aplicação da interface jogo das mutualidades.

54 Objetivos retirados do plano metodológico da interface, desenvolvido no âmbito da Brigada e Setor de Arquitetura de Planeamento do MTST.

As interfaces utilizadas para a mediação da oficina foram divididas em duas, sendo denominadas: 1. mural dos sonhos e 2. o jogo das mutualidades⁵³. Ambas intrincadas entre si e tinham como objetivos⁵⁴:

1. Estimular a reflexão sobre **alternativas de organização espacial**, considerando as atividades a serem realizadas no local, indo além dos modelos convencionais e formais.
2. Incentivar decisões individuais capazes de **enriquecer o imaginário coletivo**, favorecendo escolhas que aprimorem a qualidade do espaço compartilhado.
3. Englobar o maior número possível de **usuários no processo de elaboração das diretrizes do projeto arquitetônico**.
4. Ampliar as **possibilidades espaciais**, encorajando o exercício de pensar em usos antes de pensar em espaços finalizados.

No entanto, devido a choques de horário e dificuldade de agenda para a realização de duas oficinas com os diferentes atores, optamos por condensa-los em uma só. Ao contrário do que tínhamos inicialmente, a sessão conjunta possibilitou um ambiente de diálogo inclusivo. As diferentes perspectivas, tanto as das pessoas que vivenciam regularmente o espaço da cozinha quanto as dos membros mais institucionais do movimento, se entrelaçaram de maneira proveitosa, proporcionando a troca de ideias e experiências.

Figura 20: Aplicação da interface *Jogo das mutualidades* na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



Mural dos sonhos

A primeira interface, intitulada mural dos sonhos, teve como objetivo **captar demandas e desejos dos diferentes atores que compõem a cozinha**. Para tal, foi exposto um mural, com a pergunta: Diz, tu! Quais atividades você queria que tivesse na cozinha?. As pessoas participantes foram incentivadas a responder utilizando post-its de cores distintas, de modo a escrever e desenhar suas ideias. Esses post-its foram transformados em “cartas-ação”, que desempenharam um papel fundamental na construção da segunda interface, descrita na próxima sessão.

A interface foi aplicada duas vezes, em dias distintos, sendo uma vez no dia 04 e a outra no 05 de agosto, o mesmo dia do em que foi empregada a interface denominada jogo das mutualidades. No primeiro dia, esse mural foi colocado na calçada, em frente a Cozinha Solidária da Torre, por volta das 11 horas. Esse horário foi escolhido por ser o momento em que as famílias beneficiárias vão pegar as quentinhas. Nesse sentido, o mural foi preenchido por pessoas não participantes do movimento. Durante a sua aplicação, as pessoas iam debatendo acerca de suas respostas e expectativas para o local. Como limitação da interface, muitas pessoas eram não letradas, ou não alfabetizadas. Apesar disso, essas não foram excluídas da atividade, nem se sentiram constrangidas para participar uma vez que, aquelas pessoas que sabiam ler, iam auxiliando no preenchimento do mural.

De maneira não planejada, no período da tarde, após um almoço coletivo com as cozinheiras no interior da Cozinha, estava programado pelo movimento uma atividade com as coordenadoras dos seus 8 territórios. Vimos esse momento como oportunidade para ampliar as visões e as respostas

do mural, expondo o mesmo no interior da cozinha para que, dessa vez, as coordenadoras dos territórios e as cozinheiras pudessem participar da dinâmica.

Com o mural repleto de contribuições por parte desses atores, emergiram diversos desejos e ações para a cozinha solidária. Entre as principais respostas registradas estavam a forte demanda por cursos de capacitação, como desenho, pintura, artesanato, culinária, manicure e costura. Além disso, houve um apelo por serviços de saúde, como a presença de pessoas psicólogas e a disponibilidade de mutirões de exames. As atividades esportivas, danças, academia e espaços infantis também foram mencionados como demandas para o local. Por fim, foi levantada a necessidade de espaços de descanso, tanto para as pessoas beneficiárias que esperam a entrega das quentinhas, quanto para as cozinheiras e militantes que prestam serviços regulares no espaço.

No outro dia, esse mesmo mural foi colocado para ser preenchido, dessa vez no interior do território da Cozinha e como público-alvo os atores pertencentes ao movimento que iriam participar do jogo das mutualidades. Diferentemente do dia anterior, o mural foi preenchido com ações que subsidiam e fortalecem, em geral, a atuação dos setores dentro do território, atendendo às suas demandas específicas.

Como resultado desse dia, podemos sistematizar contribuições voltadas principalmente para realização de festejos e momentos de descontração, como roda de samba, sessões de cinema, práticas de ioga e eventos diversos. Além disso, foram apresentadas necessidades para o funcionamento interno do movimento, como espaços para reuniões. As atividades ligadas à brigada de saúde também ganharam destaque, com propostas para a fabricação de medicamentos naturais e mutirões de saúde, bem como o cadastramento das famílias para acompanhamento de saúde. Outros eixos incluíram ações relacionadas à brigada de agroecologia, como mutirões de plantio e bioconstrução, e cursos variados, como aulas de música, aulas de reforço e atividades de artes plásticas. Além disso, surgiram sugestões relacionadas a espaços específicos, como almoxarifados e áreas para acomodar equipamentos de saúde e dormitórios.

Tanto a aplicação do primeiro dia, nos dois turnos, quanto do segundo dia, transcorreram com pouca intervenção das assessoras, de forma que as interações acontecessem de forma orgânica, enquanto as assessoras mantiveram uma postura atenta, observando e escutando a dinâmica.



Figura 22 e 23: Aplicação da interface Mural dos Sonhos com as pessoas beneficiárias. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.



Jogo das Mutualidades

A segunda interface, aplicada no período da tarde do dia 05 de agosto, baseou-se na **aplicação de um jogo**. A escolha do jogo como pedagogia reflete o empenho em criar um ambiente menos hierárquico já que todos os participantes passam a ser jogadores. Essa abordagem vai além de ser uma simples atividade; trata-se de uma **experiência que valoriza igualmente os saberes técnicos e acadêmicos e os conhecimentos originários da prática sócio-espacial cotidiana**.

O jogo, enquanto prática não discursiva, se inscreve no campo da experiência, onde a igualdade das inteligências passa a ser condição para a construção de um conhecimento que pode se dar no encontro entre o conhecimento técnico e o conhecimento da prática espacial cotidiana. O jogo mobiliza o imaginário plural tanto dos jogadores quanto dos seus propositores, possibilitando a emergência de outros imaginários sobre os modos de produzir espaço.⁵⁶

56 Assis, 2017, p. 26.

A luz desse entendimento, o terreno da Cozinha Solidária tornou-se um grande tabuleiro onde as ideias registradas no mural da manhã se transformam em cartas ação do jogo. Estas cartas, fazem parte de um conjunto denominado de cartas-jogo, que formam o baralho do mesmo, sendo elas:

Cartas ação: compostas pelas sugestões das ações dos participantes do mural dos sonhos;

Cartas MTST: representando as brigadas, setores e coordenações que constituem o MTST;

Cartas Curiosidades: constituída por curiosidades e perguntas acerca do projeto das cozinhas solidá-

rias e do território da Cozinha Solidária da Torre;

Cartas de sorte e azar: apresentavam elementos surpresas na dinâmica do jogo.

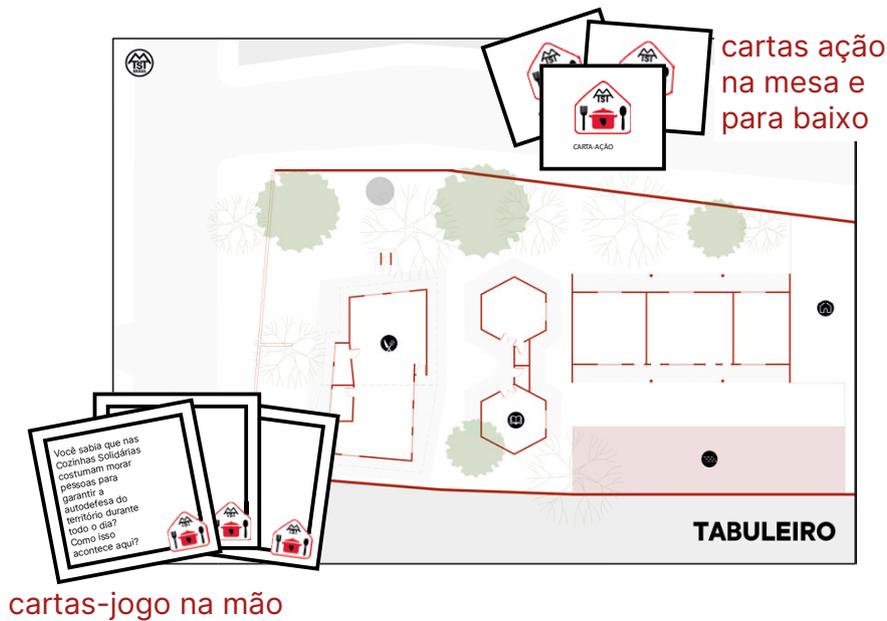
Nas próximas páginas apresento todas as cartas e seus conteúdos, bem como o manual e o tabuleiro do jogo.

JOGO DAS MUTUALIDADES

MANUAL

DINÂMICA DO JOGO

- 1** Distribui-se as cartas entre os participantes.
- 2** O primeiro jogador deverá mostrar e descartar uma de suas cartas e seguir as instruções dela.
- 3** Se conseguir atender às instruções: poderá pegar (na sorte) duas cartas ação e espacializá-las no tabuleiro onde imagina que aquela ação possa acontecer.
- 4** Próximo jogador estará à sua esquerda.
- 5** Se não conseguir, a fala será lançada para os outros participantes. Quem conseguir dizer primeiro, ganha a vez de jogar uma carta em sua posse, cortando a vez das pessoas da sequência.
- 6** Próximo jogador estará à sua esquerda.
- 7** O processo se repetirá até que o primeiro participante acabe as cartas em suas mãos e ganhe o jogo. **Extensível à 1o, 2o e 3o lugar.*
- 8** **A ASSEMBLÉIA FINAL**
Vocês concordam com todos os locais indicados no tabuleiro? Se não, discuta com os outros jogadores para mudarmos peças de lugar.
- *** Agora acabou! Bora fazer uma síntese das escolhas no tabuleiro e apresentá-las para quem não jogou?



REGRAS DO JOGO

- 1 O primeiro jogador é o que possui a carta 'COZINHA SOLIDÁRIA'.
- 2 É permitido ter mais de uma carta-ação por espaço no tabuleiro
- 3 O próximo jogador estará sempre à esquerda
- 4 Se jogar uma carta de Brigada MTST:
 - a Falar alguma curiosidade / função / origem / atividade recorrente sobre a Brigada representada e relacionar sua atuação com o terreno do tabuleiro
- 5 Se jogar as demais cartas em jogo:
 - a Responder a questão colocada na carta ou seguir suas instruções.
 - b Carta assembleia: consenso entre os participantes.
 - c Carta com rodada de respostas: todos respondem, começando com quem possui a carta e sequência segue à sua esquerda.

Figura 24: Manual do Jogo das Mutualidades.
Fonte: Juliana Hermsdorf adaptado pela autora, 2023.

CARTAS- JOGO	CONTEÚDO
Cartas ação	Imersões/dormitórios
	Cinema
	Mutirão de bioconstrução
	loga
	Atividades com ocupante nos eventos
	Ler um livro
	Plantar uma horta
	Descansar
	Aula de dança
	Curso de desenho e pintura
	Curso de manicure
	Espaço para crianças
	Atividades para crianças
	Aprender a fazer lanches (salgadinhos) e panificação
	Curso de culinária
	Esporte e cursos de esporte
	Aula de crochê e bordado
	Curso de línguas
	Mutirão de saúde (exames)
	Curso de corte e costura
	Atividades com ocupantes
	Terapia/psicóloga
	Academia
	Curso de alfabetização
	Momento relax para coordenadores
	Curso de artesanato
	Aula de reforço
	Poder guardar coisas do movimento
	Espaço de saúde (nutrição, educação física, psicóloga)
	Oficina de saúde psiquiátrica e alimentação

Cartas ação (continuação)	Armazenar equipamentos para pesagem de crianças
	Fabricação de material de limpeza ecológico
	Roda de samba
	Fabricar extratos e lambedor medicinal natural
	Fazer reuniões
	Um pagode com cerveja
	Produzir cultura (artes plásticas)
	Fichamento e cadastramento de saúde das famílias do MTST
Cartas MTST	Atividades com música e aulas
	Cozinha Solidária
	Arquitetura
	Formação política
	Agroecologia
	Cultura
	Educação
	Coordenação nacional
	Saúde
	Jurídico
Comunicação	
Cartas de sorte e azar	Final de semana tem evento, vamos organizar o espaço! Coloque 2 cartas-ação no tabuleiro.
	Hoje tem mutirão, vamos conseguir colocar 3 cartas-ação no tabuleiro!
	Tivemos uma atividade de formação e estamos bem alinhados, vamos colocar 2 cartas-ação no tabuleiro.
	Sofia ⁵⁷ protegeu a casa durante a noite. Coloque uma carta-ação no tabuleiro.
	Você já vai participar de dois mutirões essa semana, dê alguma carta sua para outro participante.
	Choveu muito e a cozinha inundou: chame outro participante para te ajudar a secar e fiquem uma rodada sem jogar.
A cochonilha acabou com toda a horta, precisamos de ajuda! Quem tem a carta da Agroecologia pode tomar a vez.	
Você está há muito tempo sem atividade brigadista, olha a sobrecarga dos amigos! Pegue uma carta de alguém na roda.	
Precisamos de uma assembleia, chame três participantes para se reunirem com você e mudarem de lugar até três peças que estão no tabuleiro. ⁵⁸	

⁵⁷ Cadela presente no território.

⁵⁸ Essa carta foi colocada 3x no baralho do jogo.

CARTAS- JOGO	CONTEÚDO
	<p>Quais os caminhos mais usados dentro do terreno hoje? Desenhe no tabuleiro.</p> <hr/> <p>Faça uma rodada de respostas: o que você acha que funciona muito bem no terreno hoje?</p> <hr/> <p>Faça uma rodada de respostas: o que você acha que não funciona muito bem no terreno hoje?</p> <hr/> <p>Levante com os outros participantes três problemáticas do espaço hoje e anote em um post-it. ponha ao lado do tabuleiro.</p> <hr/> <p>Hoje em dia, onde almoçam as pessoas que recebem a mamita?</p> <hr/> <p>Quais espaços você acredita que devem ser abertos ao uso público? Por que? Marque com um post-it.</p> <hr/> <p>Quais espaços você acredita que devem ser abertos ao uso comunitário? Por que? Marque com um post-it.</p> <hr/> <p>Quais espaços você acredita que devem ser abertos apenas aos militantes do MTST? Por que? Marque com um post-it.</p> <hr/> <p>Marque com um post-it onde você acha pouco seguro e escreva/desenhe o motivo.</p> <hr/> <p>Você sabia que nas Cozinhas Solidárias costumam morar pessoas para garantir a autodefesa do território durante todo o dia? E aqui, isso acontece? Se sim, de que forma?</p>
Cartas Curiosidades	<p>Levante três jeitos de integrar mais à Cozinha Solidária à comunidade.</p> <hr/> <p>Liste 3 locais ao redor da Cozinha Solidária que você conhece!</p> <hr/> <p>Quantas brigadas usam/atuam atualmente no território?</p> <hr/> <p>Você sabia que em outras Cozinhas Solidárias, além de fornecer refeições, também são espaços de festa e de dormitórios?</p> <hr/> <p>Quais os apontamentos e direcionamentos institucionais do movimento para os espaços físicos das Cozinhas Solidárias?</p> <hr/> <p>Liste três elementos infra estruturais a serem melhorados no território. Espacialize eles no tabuleiro.</p> <hr/> <p>Liste as organizações que contribuem para o funcionamento da Cozinha Solidária.</p> <hr/> <p>Você sabia? As Cozinhas Solidárias nasceram em 2021 no período da Pandemia de Covid-19.</p> <hr/> <p>Você sabia? Existem 31 Cozinhas Solidárias do MTST espalhadas em vários estados do Brasil.</p> <hr/> <p>Você sabia? Até 2022, foram distribuídas 1.228.020,00 (um milhão duzentos e vinte e oito mil e vinte) refeições.</p>

Tabela 07: Conteúdos das cartas do jogo das mutualidades. Fonte: Elaboração da autora com base no documento do MTST de metodologia da Oficina, 2023.

O baralho foi dividido entre **10 jogadores**⁵⁹ presentes, todas as pessoas integrantes da brigada, setor ou coordenação do movimento.⁶⁰ O jogo começou com a leitura do manual pelas pessoas participantes e o jogador ou jogadora que possuía a carta “*Cozinha Solidária*”, compartilhou curiosidades e informações sobre o setor representado e sua relação com o território da Cozinha Solidária. Em seguida, o jogador ou jogadora, ao responder a carta escolhida para a rodada, tinha a oportunidade de escolher 2 cartas ação e posicioná-las no tabuleiro, indicando onde imaginavam que essas ações poderiam acontecer. A dinâmica continuou com os jogadores e jogadoras se revezando, e as discussões surgiam à medida que as cartas eram colocadas no tabuleiro. A interatividade e o engajamento eram evidentes, e as ideias se entrelaçavam a cada rodada.

Após **5 rodadas**, tivemos uma vencedora - a primeira a acabar todas as cartas que estava em mãos - dando finalização às 3 horas de jogo. Inicialmente, o jogo estava previsto para acontecer em no máximo 2 horas mas acabamos se estendendo.

Infelizmente, não tivemos a presença da coordenadora do território da cozinha, nem das cozinheiras. Isso aconteceu porque o jogo ocorreu após uma atividade intensiva que demandou muita disposição e trabalho dessas pessoas que ficaram indispostas para participar do jogo.

No final do jogo, todas as pessoas concordaram com a espacialização das cartas ação e se comprometeram em participar das próximas ações do projeto!

59 Durante a aplicação do jogo, eu também fui jogadora. No entanto, em alguns momentos precisei mediar a dinâmica.

60 Optei por não especificar a atuação dos jogadores dentro do movimento porque muitos deles permeiam mais de um setor ou coordenação, dificultando essa categorização.

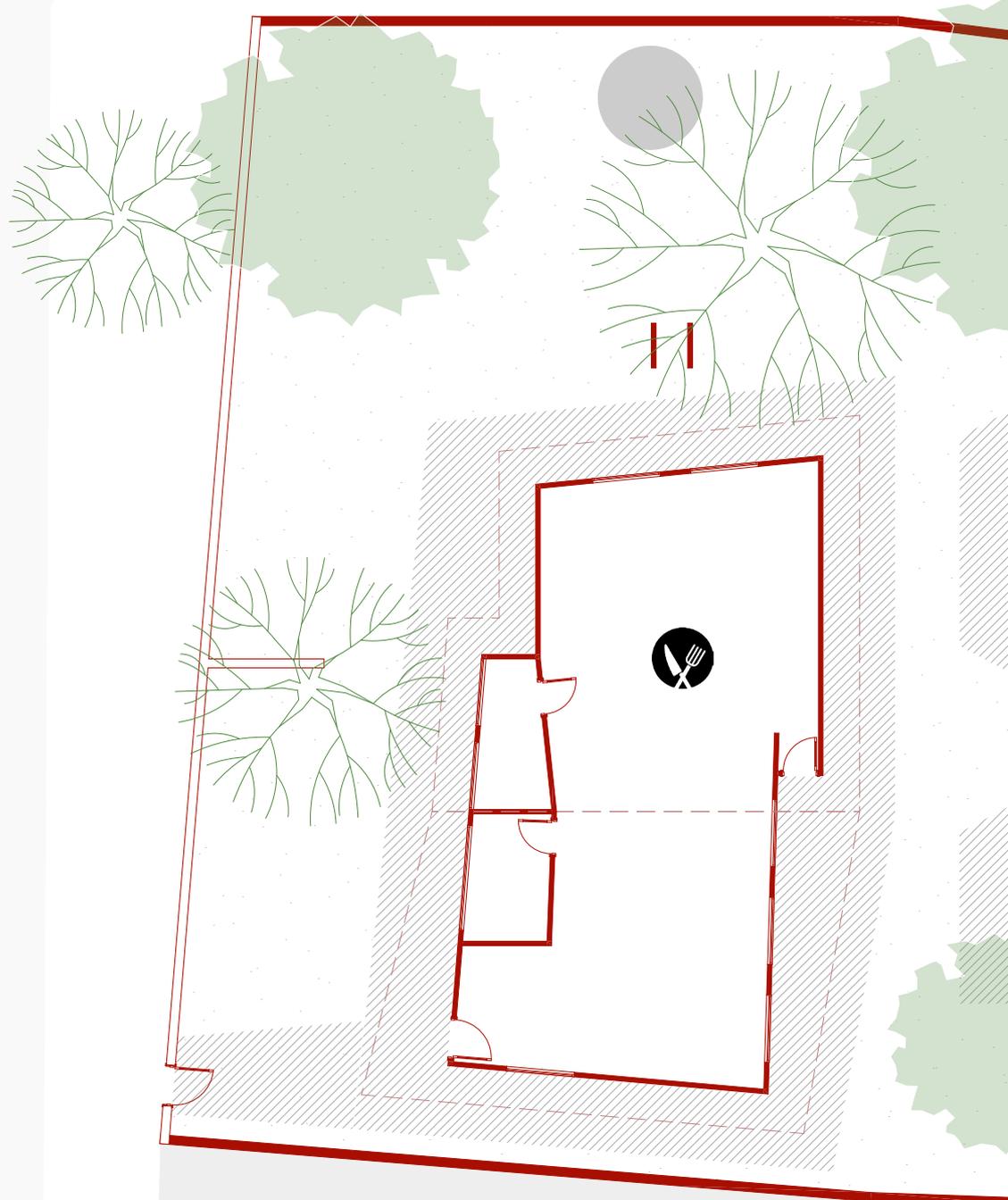
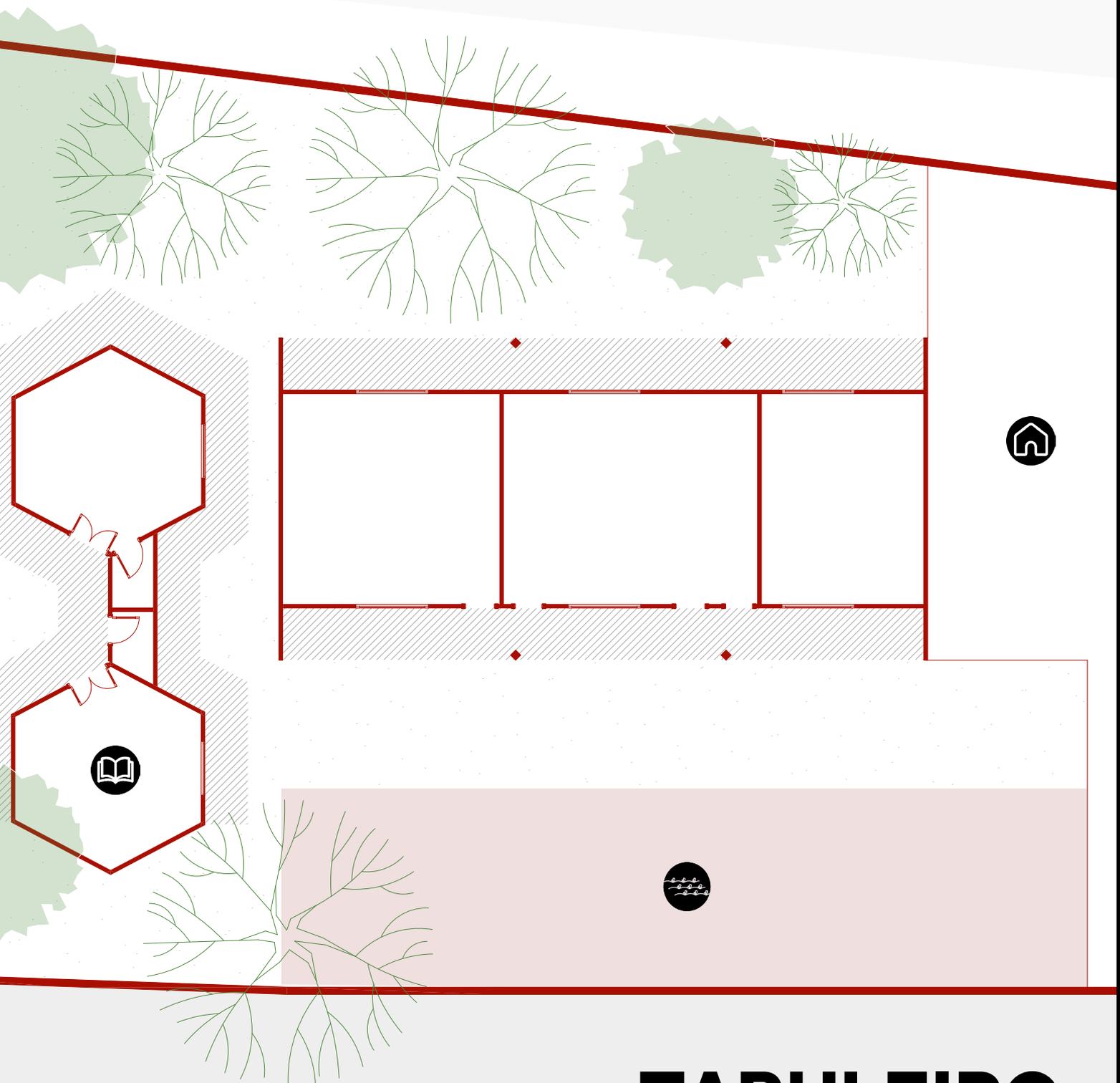


Figura 25: Tabuleiro do Jogo das Mutualidades.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.



TABULEIRO

Explorando dinâmicas participativas e projetuais

Com o tabuleiro preenchido, foi possível sistematizar um programa de necessidades e um zoneamento para o território da Cozinha, aproximando diretamente as pessoas participantes na produção do espaço. Nesse sentido,

O arquiteto pode dar um passo atrás e, em lugar de predeterminar espaços, criar instrumentos para que usuários e construtores possam determiná-los, eles próprios.⁶¹

⁶¹ Baltazar e Kapp, 2006, p.101.

O tabuleiro produziu uma espécie de **cartografia do espaço**, onde as pessoas participantes organizaram atividades e desejos, muitos desses advindo das cartas ação. De maneira geral, o **zoneamento pré-determinado manteve as atividades** nos mesmos lugares em que são realizadas atualmente. O espaço da cozinha permaneceu no bloco 01, com a adição de atividades de formação em culinária, como cursos de panificação, confeitaria e salgados, muitos dos quais direcionados ao público em geral. No bloco 02, uma parte da edificação concentrou atividades formativas e de lazer para

crianças - onde hoje acontece a biblioteca infantil -, bem como aulas de alfabetização para o público em geral. No centro desse bloco, foi reservada uma área para armazenagem, enquanto a outra parte abrigou atividades relacionadas à saúde, como exames e atendimentos psicológicos.

No bloco 03, também dividido em três compartimentos, o primeiro compartimento foi designado para cursos artísticos, o segundo para um espaço de descanso e dormitório, e o terceiro e último compartimento foi destinado a atividades administrativas.

Quanto à área externa às edificações, ali foram alocadas atividades de lazer, esportivas, eventos e celebrações. A horta permaneceu no mesmo local, com a adição de atividades produtivas relacionadas à fabricação de extratos e medicamentos naturais.

Acerca das cartas de curiosidades, as problemáticas levantadas do espaço, foram: falta de uma área externa coberta e multifuncional; ausência de segurança, sendo relatado casos de arrombamento e furto dentro do território e insuficiência de equipamentos industriais para a cozinha. Foi pontuado também que parte da área externa do território é subutilizada e a necessidade de dar uso às ruínas (bloco 03). Sobre melhorias infra estruturais, foram levantadas questões acerca do telhado do bloco 01 - também detectado pela equipe técnica durante a etapa de análise estrutural.

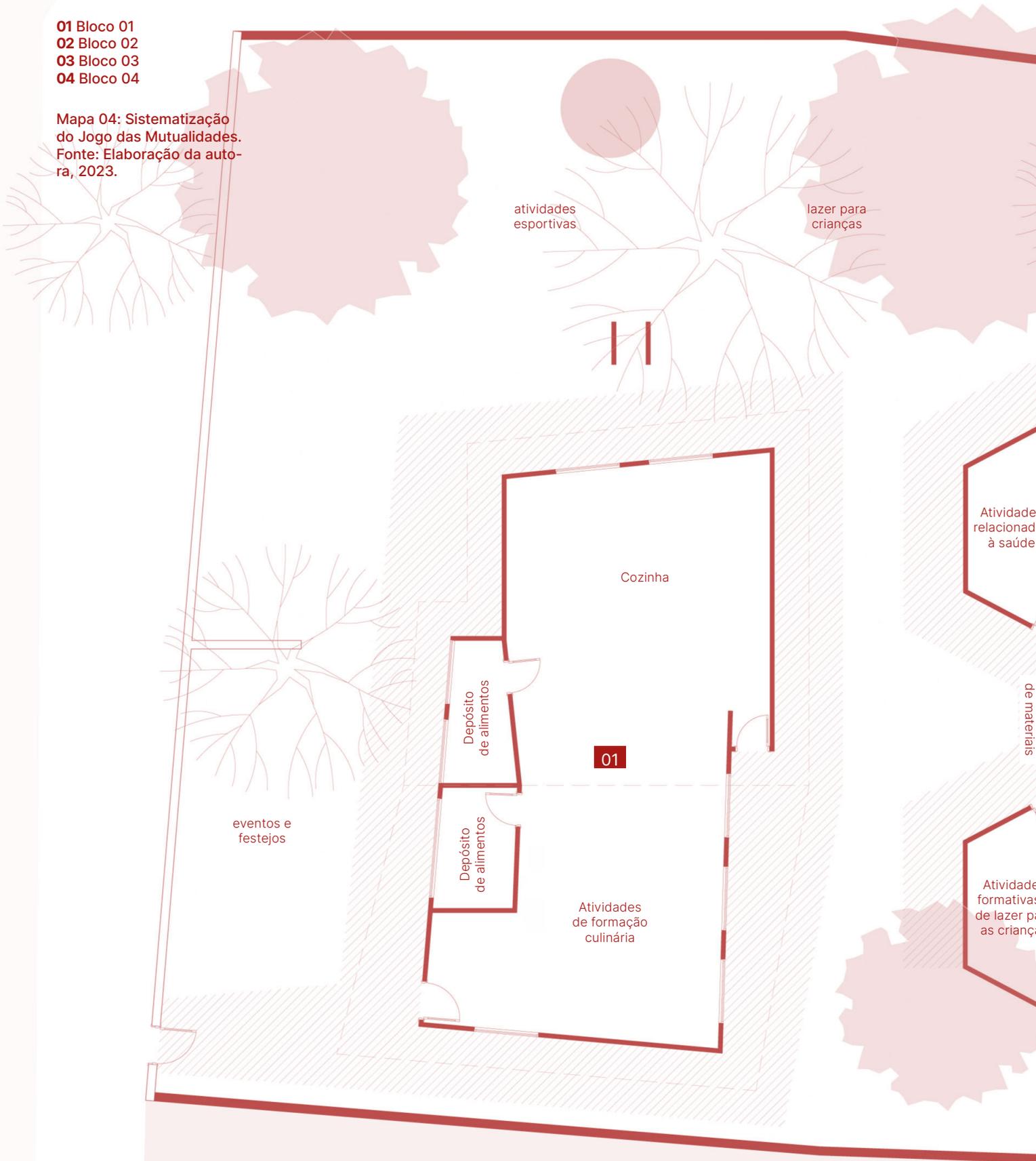
Durante o jogo, algumas discussões abordadas no referente a integração do território com a comunidade e também o alinhamento da Cozinha Solidária enquanto equipamento comunitário. De

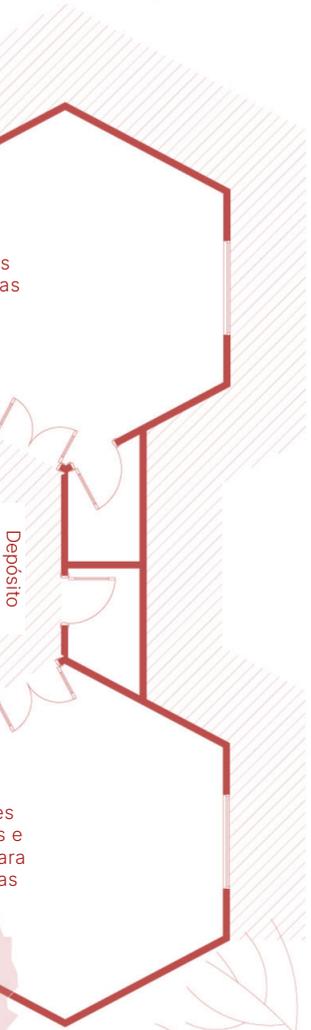
maneira consensual, foi trazido à tona que alguns espaços necessitam ser de uso exclusivo do MTST, não sendo aberto ao público, sendo eles: dispensa, administração e dormitórios. Também foi levantado que, devido ao tamanho reduzido da equipe encarregada de manter o território, este deve possuir um sistema controlado de entrada e saída, sendo aberto para o público geral apenas durante atividades pontuais. Nesse sentido, não se visualiza o território tendo um espaço de refeitório ou restaurante comunitário, mantendo a ação de distribuição de alimentos aos moldes que acontecem nos dias atuais: as famílias entregam os recipientes e voltam para pegá-los preenchidos em um horário específico.

Como estratégia de integração com a comunidade, pontuou-se a expectativa de realizar festas comunitárias, ofertas de cursos e manutenção das atividades da horta, que hoje já acontece com a participação de algumas beneficiárias das refeições.

- 01 Bloco 01
- 02 Bloco 02
- 03 Bloco 03
- 04 Bloco 04

Mapa 04: Sistematização do Jogo das Mutualidades.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.





Horta e fabricação de produtos naturais

UMA PROPOSTA PARA DISCUSSÃO

Até aqui, etapas foram cumpridas com o intuito de compreender e atender às necessidades e desejos para o território da Cozinha Solidária da Torre, bem como fomentar a participação ativa dos envolvidos no processo de planejamento. Neste capítulo irei apresentar a interface proposta para a segunda oficina e os materiais envolvidos para a realização da mesma, cujo objetivo é realizar um processo de desenho participativo para o território.

Com a finalização desta oficina, teremos em mãos um material sólido para sistematização de um projeto preliminar que será validado pelo MTST e submetido aos prováveis ajustes. Em seguida, pretendo realizar um plano de ação conjunto - etapa de visão de futuro -, em especial com a equipe de captação de recursos e negociação, para possíveis meios de utilização deste material para captação de recursos e como ferramenta política de negociação.



Figura 28: Preparação de refeição na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: MTST, 2022.

Apontamentos para práticas alternativas

A segunda oficina, denominada de “devolutiva participativa” tem como objetivo facilitar um processo participativo de desenho e planejamento dos espaços do território da Cozinha Solidária da Torre. A ideia é que as pessoas que participaram da oficina anterior estejam presentes nessa, uma vez que essas delinearam expectativas e desejos comuns para o território. No entanto, esse convite irá se estender para demais militantes do MTST e para as cozinheiras da cozinha, no intuito de também incluir essas perspectivas na criação e consolidação do projeto, visto que são essas pessoas que vivenciam o território diariamente.

PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO	PERGUNTAS NORTEADORAS
<p>Todas as pessoas envolvidas na oficina 01</p> <p><i>(Pessoas que vivenciam o espaço da cozinha frequentemente nos últimos meses, coordenação estadual e representante das brigadas e dos setores do MTST)</i></p>	<p>Produzir e moldar o espaço que compõem o Território a partir da espacialização das necessidades, sonhos e desejos levantadas na oficina 01.</p>	<p>Como alocar os usos no terreno da cozinha?</p> <hr/> <p>Quais os mobiliários necessários para o funcionamento do terreno da cozinha?</p>

Tabela 08: Síntese dos públicos, objetivos e perguntas norteadoras das interfaces.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A oficina foi dividida em duas partes, sendo utilizada uma interface específica para cada um desses momentos. Na primeira, as pessoas serão convidadas a fazer um passeio pelo território da Cozinha e pelo seu entorno. Esse passeio tem como objetivo vivenciar o espaço com o corpo, instigando as pessoas a terem um olhar atento à sua volta.

Nesse momento, as pessoas receberam uma ficha para irem preenchendo durante a caminhada. A ficha tem como intuito instigar o olhar atento durante o percurso, a partir da pergunta “*durante meu passeio, observei...*” para ser respondida a partir de **6 eixos**: 1. pessoas; 2. natureza; 3. texturas; 4. cores; 5. conforto e 6. brincadeiras.

Ao voltarem do passeio, as pessoas serão convidadas a compartilhar suas impressões. Dependendo da quantidade de pessoas confirmadas, o grupo será dividido para facilitar o diálogo durante a aplicação das interfaces.

CAMINHADA PELO TERRITÓRIO

Durante este primeiro momento, te convidamos a vivenciar um pouco o território da Cozinha Solidária da Torre e seu entorno. Abaixo listamos seis elementos para você considerar enquanto observar ao redor. Você pode anotar, desenhar ou tirar fotos dos elementos que você considere positivo ou negativo. Ao terminar o passeio, iremos refletir sobre sua percepção do passeio e das demais pessoas participantes.

Durante meu passeio, observei...

Pessoas

Natureza

Texturas

Cores

Conforto

Brincadeira

Figura 29: Ficha para caminhada pelo território.
Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Com as pessoas ao redor do tabuleiro, se dará início a segunda parte da oficina. Denominada “*Re-Projeto Participativo*”, essa segunda interface possui como base o mesmo tabuleiro utilizado na oficina 01, mas dessa vez com algumas alterações realizadas por mim a partir da sistematização da mesma. Como elas já estão familiarizadas com esse tabuleiro, isso contribui para uma maior compreensão e engajamento.

Essas alterações servirão como estímulos para o debate. Para tal, o tabuleiro será composto por peças modulares que representam elementos como paredes, mobiliário, janelas e outros componentes, todos passíveis de reposicionamento ou remoção conforme a necessidade e criatividade dos participantes. As peças do jogo englobam não apenas os elementos de projeto, mas também peças adicionais que ampliam as possibilidades criativas. Além disso, será disponibilizado materiais para desenhar peças personalizadas e também peças que representam a vegetação atualmente presente no local, bem como outras que sugerem a adição de vegetação.

Durante a dinâmica do jogo, também serão esclarecidas as legislações estabelecidas pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) acerca das boas práticas para serviços de alimentação.⁶² Cabe destacar que não é foco a produção de espaços funcionais, mas sim de modos de habitar e construção de imaginários alinhados com as expectativas e subjetividades individuais e coletivas. No entanto, pretende-se incluir tais noções como elementos que também moldam e conformam o espaço.

Os participantes, então, serão convidados a traba-

⁶² O documento está disponível [aqui](#).

lhar em grupos para criar seus próprios projetos, proporcionando um ambiente onde possam debater as propostas, sugerir modificações e alcançar um alinhamento coletivo sobre as ideias a serem implementadas no Território da Cozinha Solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos uma jornada que nos levou por entre os desafios e as possibilidades de uma prática arquitetônica e urbanística inquieta, em que questionar hierarquias estabelecidas, reconhecer a pluralidade de perspectivas e desconstruir a ideia da autoria única são desafios que nos impulsionam a seguir adiante.

Até aqui, uma série de experiências foram abordadas, relatadas e também praticadas. Para dar fechamento a estas páginas, apresento os **aprendizados e desdobramentos** decorrentes do processo realizado.

Aprendizados

Nesse caminho, dialogamos com as diferentes perspectivas, entrelaçando passado e presente, técnica e prática popular. Buscamos entender como se constrói uma arquitetura popular e a importância da prática, da consciência crítica e da atuação coletiva e de acordo com demandas e sonhos reais.

Ao percorrer o processo projetual participativo da Cozinha Solidária da Torre, entendemos que a arquitetura não se limita à concepção de edifícios, mas se estende à criação de espaços de encontro, de transformação social e de participação coletiva. As interfaces construídas ao longo dessa trajetória não são apenas físicas, mas também simbólicas, culturais e políticas, onde os sonhos individuais se entrelaçam com os sonhos coletivos, formando uma teia de possibilidades e esperanças.

O papel da pessoa arquiteta, então, vai além do técnico: é necessário desenvolver um papel social e político. Isso implica em assumir uma postura crítica em relação às estruturas de poder e um posicionamento não neutro diante da realidade pesquisada.

Outro importante aprendizado foi a necessidade de pensar em alternativas de interfaces que fossem acessíveis e compreensíveis para pessoas não alfabetizadas e não letradas, realidade evidenciada durante a aplicação da interface mural dos sonhos. Isso nos fez repensar as formas de comunicação e apresentação de ideias, destacando a importância da linguagem visual e das representações gráficas como meios de tornar as informações acessíveis a todas as pessoas.

Por fim, compreendemos também que o tempo do MTST - o que se estende a outras dinâmicas de atuação em conflito - possui seu próprio ritmo, sendo marcado por imprevistos, demandas emergenciais e mudanças constantes, desafiando a rigidez dos cronogramas de projetos convencionais. Esta realidade nos ensina a flexibilidade e importância de estar pronto para adaptações constantes.

Desdobramentos

Uma das primeiras consequências concretas deste trabalho será a continuidade do processo de desenvolvimento do projeto participativo da Cozinha Solidária da Torre. Os aprendizados e as interfaces construídas durante a pesquisa serão aplicados na realização da segunda oficina, que representará um passo adiante na elaboração do projeto preliminar, assim como na construção conjunta do plano de ação e implementação. O projeto arquitetônico, então, se tornará uma ferramenta política de negociação do território da Cozinha Solidária da Torre, que tem estado ocioso por mais de uma década.

Frente às transformações de paradigmas e às novas demandas e campos que se delineiam no modo de exercer arquitetura, qual o papel da pessoa arquiteta? Gosto das três proposições sugeridas por Baltazar, Morado e Kapp (2007):

(...) um constante e incisivo exercício teórico e prático da crítica; a mediação, se e quando requerida; e a produção de interfaces para auxiliar todos os atores envolvidos a realizarem suas próprias ações críticas sobre o espaço.⁶⁴

⁶³ Kapp; Baltazar; Morado, 2008, p. 23.

Este trabalho é, portanto, uma contribuição para uma prática mais inquieta, uma arquitetura que transcende os limites dos projetos físicos e se torna um processo aberto, de diálogo, de transformação social e de autonomia. Não encerro por aqui, continuo reafirmando meu compromisso de dar continuidade ao processo que motivou esta pesquisa e se entrelaçou neste trabalho.

Que esta trajetória inspire outras a se lançarem em jornadas semelhantes, buscando sempre novos caminhos e sonhos conjuntos. Afinal, essa é uma história coletiva.

Que os afetos nos impulsionem, que os sonhos nos guiem e que a inquietude nos mova.

Obrigada por chegar até aqui!

BIBLIOGRAFIA

- Assessoria técnica popular: a prática em movimento / [editores Álvaro Roberto de Lara Júnior...[et al.]]. -- São Paulo, SP : MSTC - Movimento Sem Teto do Centro, 2022. Outros editores: Andrei Massa, Bruno Lima, Julise Ribeiro, Marcele Lemos Piotto.
- ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ASSIS, Ana Paula Silva de. A agência dos jogos [manuscrito]: Dissenso e emancipação na produção política do espaço. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2017.
- BALTAZAR, A. P., KAPP, S. Por uma Arquitetura não planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaço. Minas Gerais, 2006.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces [2016]. In: Silke Kapp; Ana Baltazar. Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, 2021, v. 1, pp. 127-150.
- BOREL, Mariana Barbosa Miranda et al. Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia. 2020.
- BRITTO, Pedro. A cidade Dialogada: Reflexões sobre processos participativos para intervenções em espaços públicos. Recife, 2019.
- CARDOSO, Fernanda S.; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. XV Coloquio Internacional De Geocrítica, Las Ciencias Sociales Y La Edificación De Una Sociedad Post-Capitalista, 2018.
- CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 24, 2022.
- CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência a assessoria técnica: entre o discurso e a prática. Anais, 2019.
- FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. 2a edição. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARCIA, Tatiane Boisa; SHIMBO, Lucia. As distintas origens das práticas da arquitetura no campo da moradia popular no Brasil. 2023.
- GUIZZO, Iazana. Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo. Quintal Edições, 2019.
- KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico: apontamentos para práticas alternativas. KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 221-236, 2018.
- LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 237-253, 2018.
- MERGULHÃO, Marina. Fazendo Lugares juntos: ferramentas de cocriação e coprodução de cidades. Recife, 2019.
- PULHEZ, Magaly Marques; ROSA, Thaís.

Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século XX?

SILVA, Jefferson. Solidariedade sem teto: atuação do Movimento dos Trabalhadores sem Teto em Recife em tempos da pandemia da covid-19. Recife, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (orgs.). Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

LISTA DE FIGURAS

- 08 Figura 01 - Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 16 Figura 02 - Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 26 Figura 03 - Cajueiro Sêco. Fonte: Dualibi, 2013.
- 26 Figura 04 - Mutirão Paulo Freire. Fonte: Usina CTAH.
- 36 Figura 05 - Pintura da Cozinha Solidária da Torre (PE). Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 48 Figura 06 - MTST em ato por moradia, Recife (PE). Fonte: MTST, 2021.
- 56 Figura 07 - Reunião Setor de Arquitetura e Planejamento na Sede do PSOL, Recife (PE). Fonte: MTST, 2022.
- 65 Figura 08 - Cozinheira preparando refeição. Fonte: MTST, 2022.
- 70 Figura 09 - na página anterior, bloco 01. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 71 Figura 10 e 11 - de cima para baixo, bloco 03 e 02. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 74 Figura 12 - Pessoas beneficiárias aguardando a entrega das refeições. Fonte: MTST, 2022.
- 74 Figura 13 - Reunião do Movimento na Cozinha. Fonte: MTST, 2022.
- 76 Figura 14 - Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 84 Figura 15 e 16 - Levantamento arquitetônico do Território. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 86 Figura 17 e 18 - Desenhos do levantamento arquitetônico do Território. Fonte: Elaboração da autora, 2023.
- 90 Figura 19 - Mapeamento das patologias. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 99 Figura 20 - Aplicação da interface Jogo das mutualidades na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 103 Figura 21 - Aplicação da interface Mural dos Sonhos com as pessoas beneficiárias. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 104 Figura 22 e 23 - Aplicação da interface Mural dos Sonhos com as pessoas beneficiárias. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 108 Figura 24 - Manual do Jogo das Mutualidades. Fonte: Juliana Hermsdorf adaptado pela autora, 2023.
- 114 Figura 25 - Tabuleiro do Jogo das Mutualidades. Fonte: Elaboração da autora, 2023.
- 116 Figura 26 - Tabuleiro do Jogo das Mutualidades preenchido. Fonte: Acervo Brigada e Setor de Arquitetura e Planejamento, 2023.
- 120 Figura 27 - Sistematização do Jogo das

Mutualidades. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

124 Figura 28 - Preparação de refeição na Cozinha Solidária da Torre. Fonte: MTST, 2022.

128 Figura 29 - Ficha para caminhada pelo território. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

LISTA DE MAPAS

54 Mapa 01 - Localização das ocupações que o MTST (PE) atua. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

67 Mapa 02 - Localização da Cozinha Solidária da Torre e equipamentos próximos, na Comunidade de Santa Luzia, Recife - PE. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

72 Mapa 03 - Blocos especializados e seus usos. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

120 Mapa 04 - Sistematização do Jogo das Mutualidades. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

LISTA DE SIGLAS

ATHIS - Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

ATME - Assistência Técnica para moradia econômica

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação
CAUS - Cooperativa de Arquitetura, Urbanismo & Sociedade

CEPAS - Centro De Ensino Popular e Assistência Social De Pernambuco Santa Paula Frassinetti

CIAPA - Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem

EMAU - Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo

LAB-HAB - Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTC - Movimento Sem Teto do Centro

MTST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Teto

MUD - Movimento Universitário de Desfave-lamento

NEPHU - UFF - Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos

ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PLANHAP - Plano Nacional da Habitação Popular

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PREZEIS - Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social

SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas

UnB - Universidade de Brasília

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE TABELAS

44 Tabela 01 - Síntese das modalidades da nebulosa de atuação. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

51 Tabela 02 - Coordenação, setores e brigadas que compõem o MTST (PE). Fonte: Elaboração da autora, 2023.

59 Tabela 03 - Síntese das ações da Brigada e do Setor de Arquitetura do MTST (PE) desde sua formação até a presente data deste trabalho. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

75 Tabela 04 - Atores e atividades realizadas na Cozinha. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

81 Tabela 05 - Etapas processual do projeto participativo da Cozinha Solidária da Torre. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

97 Tabela 06 - Síntese dos públicos, objetivos e perguntas norteadoras das interfaces. Fonte: Elaboração da autora, 2023.

110 Tabela 07 - Conteúdos das cartas do jogo das mutualidades. Fonte: Elaboração da autora com base no documento do MTST de metodologia da Oficina, 2023.

125 Tabela 08 - Síntese dos públicos, objetivos e perguntas norteadoras das interfaces. Fonte: Elaboração da autora, 2023.



CARTA DE ANUÊNCIA COM AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DADOS

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Isabela Neves Ferreira, a desenvolver o seu projeto de pesquisa 'Pesquisar é intervir: um estudo metodológico e projetual participativo para a Cozinha Solidária da Torre (PE)', que está sob a orientação do Prof. Bruno Lima e coorientação da Profa. Izabella Galera cujo objetivo reside na prática e no relato do processo projetual participativo desenvolvido para a Cozinha Solidária da Torre, localizada na cidade do Recife (PE). Utilizando a metodologia da pesquisa-ação como ferramenta, o estudo se apresenta como uma abordagem participativa e intervencionista in loco, que não apenas busca compreender o contexto, mas também atua ativamente no mesmo.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 19/09/2023.

(Nome/assinatura e **carimbo** do responsável pela Instituição)

